

# muk**Ů**bwa

## **Revista Moçambicana de Etnociências**

**O Contexto Local com Visão Global**



**Centro de Estudos moçambicanos e Etnociências**  
**2ª Edição, 2019**

**Nº 2**

## FICHA TÉCNICA

**Título:** MUKOBWA – O Contexto Local com Visão Global

**Editor:**

Centro de Estudos moçambicanos e Etnociências (CEMEC) da Universidade Pedagógica de Maputo (UP-Maputo), Av. de Moçambique, Vila Olímpica, Bloco 22, Edifício 4, 1ºAndar, Porta nº. 3, telefone 842003914, email: [cemecpesquisa@gmail.com](mailto:cemecpesquisa@gmail.com)

**Equipa Editorial:**

**Director do CEMEC:** Cornélio Artur L. Mucaca

**Director da Revista:** Geraldo Filipe Nhapulo

**Presidente do Conselho Editorial:** Ernesto Domingos Chaviro

**Conselho Editorial:** Amélia Lemos, Atália Saide, Alberto Boane, Geraldo Nhapulo.

**Equipa Técnica:**

José Hogueane, Célia Mevasse, Orlando Bahule, Malaquias Tsambe, Marcos Muthewuye, Ernesto Constantino

**Revisão de Pares:**

Alberto Boane, Fernando Comè, Malaquias Tsambe, Orlando Baùle, Josè Hogueane, Filomeno Inroga e Célia Mevasse

**Redacção:**

Compilada a partir das versões originais com edição técnica de Ernesto Domingos Chaviro, Geraldo Filipe Nhapulo e Cornélio Artur L. Mucaca

**Impressão:**

Gabinete de Comunicação e Imagem da Universidade Pedagógica de Maputo

**Revisão Gráfica:** Ernesto Domingos Chaviro e Geraldo Filipe Nhapulo

**Tiragem:** 200 Exemplares

Maputo, Moçambique

Dezembro, 2019

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO .....	4
ANÁLISE SISTEMÁTICA E PROPOSTAS DE TÉCNICAS ALTERNATIVAS PARA O TRATAMENTO DE ÁGUA PARA CONSUMO DOMÉSTICO NA LOCALIDADE DE MULUNGWANA-DISTRITO DA MANHIÇA .....	5
<i>Alberto Boane</i>	
FACTORES CULTURAIS ASSOCIADOS A ALOTRIOFAGIA E SEU IMPACTO NA SAÚDE DE ALGUMAS GESTANTES ATENDIDAS NOS CENTROS DE SAÚDE DO DISTRITO KAMUBUKWANA NA CIDADE DE MAPUTO .....	14
<i>Leia A. Machava &amp; Cornélio A. L. Mucaca</i>	
IMPACTO DAS POLITICAS PÚBLICAS NO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO DO DISTRITO DE MATUTUÍNE (2004 - 2014): CASO DO FUNDO DE INICIATIVA LOCAL E FUNDO DISTRITAL DE DESENVOLVIMENTO .....	29
<i>Ernesto Domingos Chaviro</i>	
USO DE PLANTAS NATIVAS PARA A PRODUÇÃO DE TINTAS NO ENSINO DA EDUCAÇÃO VISUAL EM ESCOLAS COM FALTA DE MATERIAL CONVENCIONAL: CASO DAS ESCOLAS EP2 DO DISTRITO DE MAGUDE .....	49
<i>Marcos Muthewuye</i>	

## INTRODUÇÃO

A Revista moçambicana de Etnociências do Centro de Estudos Moçambicanos e Etnociências (Mukobwa) publica pesquisas sobre Moçambique e Etnociências em geral. Trata-se de uma revista semestral que pretende promover e divulgar resultados de estudos nacionais e internacionais, visando contribuir para a solução dos problemas das etnias moçambicanas e estrangeiras, num “*contexto Local com Visão Global*”.

A Revista tem como missão contribuir para a produção e divulgação de conhecimentos científicos no campo da História, Género, Educação, Ciência e Cultura, Etnobotânica, Artes, Antropologia e Etnomatemática e Farmacognosia, Linguística e Etno-nutrição a partir de um enfoque científico, humanístico e interdisciplinar das questões Glocais e étnicas.

O principal objectivo desta revista é de contribuir para o aprofundamento (por meio da publicação de artigos científicos originais, pesquisas científicas que questionam e propõem soluções das áreas do saber indicadas) das discussões sobre problemas glocais das comunidades. Sendo assim, o conteúdo científico dos artigos publicados nesta revista é da inteira responsabilidade dos autores.

Esta revista é de acesso livre, quando disponibilizada no site do Centro de Estudos Moçambicanos e Etnociências (CEMEC) <https://www.up.ac.mz/centros/cemec/home.html> ou, da Universidade Pedagógica de Maputo <https://www.up.ac.mz/publicacoes/revistas>, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização do conhecimento.

*Centro de Estudos Moçambicanos e Etnociências*

## **Análise Sistemática e Propostas de Técnicas Alternativas para o Tratamento de Água para Consumo Doméstico na Localidade de Mulungwana-Distrito da Manhica**

**Alberto Boane**

Universidade Pedagógica de Maputo

[bboanea@gmail.com](mailto:bboanea@gmail.com)

### **Resumo**

O presente estudo objectivou identificar e descrever os métodos alternativos tradicionais de tratamento de água usados pela comunidade de Maluana no Distrito de Manhica foi desenvolvido na Província de Maputo entre Agosto de 2017 e Abril de 2018. O estudo envolveu 25 famílias na base dos seguintes critérios uso da água da chuva para consumo e posse de uma fonte de água. Para tal, o pesquisador optou por uma pesquisa qualitativa baseada no método indutivo e experimental, tendo sido desenhada uma entrevista com guia para a recolha de dados acompanhada de uma observação directa participante. Os resultados do estudo mostraram que das famílias envolvidas apenas 5 conhecem os métodos alternativos de tratamento da água, embora todas incluindo estas não as utilizam. Em relação a posse de fontes de água, o estudo mostrou que cerca de 20% delas é que possui fontes de água do tipo (poço) e as outras recorrem a estas famílias ou nas fontenárias construídas por organizações não governamentais como *Action Aid*, *Water Aid* e outras, sendo que 80% delas utilizam água da chuva também sem nenhum tratamento. Os métodos propostos para o tratamento de água foram: radiação solar, floculação com moringa, filtração com filtro de areia e fervura. Sendo que a filtração com areia e moringa mostraram-se mais eficientes em termos de optimização dos parâmetros escolhidos para análise: pH, turbidez, sabor e coloração.

**Palavras-chave:** *Abastecimento de água, tratamento de água, água potável, fontes de água, zonas rurais.*

### **Introdução**

Dentre vários elementos vitais e essenciais para a vida, a água é o recurso mais importante participando na composição dos organismos vivos, processos biológicos e garantia da vida a todos os seres vivos.

Precisamos da água em todas as actividades vitais: higiene, consumo, irrigação e processos industriais, sendo por isso a base da vida, aliás, sem água não há vida.

Tal como é sabido na natureza, existem vários tipos de água. Algumas são próprias para o consumo humano e são chamadas de potáveis, outras não. Há água com maior quantidade de sais minerais do que outras (águas solo pobres), e também aquelas aquecidas por processos naturais (termais) e águas congeladas (geleias). Boa parte da água, 97%, se encontra nos mares e oceanos. Os 3% restantes ficam divididos entre a água doce líquida, 1%, e a água doce congelada, 2%. De um modo geral, a água pode

ser dividida em cinco grupos a destacar: i. *Água salgada proveniente de mares e oceanos: possui uma concentração muito alta de sais minerais;* ii. *Água doce proveniente de rios, lagos, lagoas, nas nuvens e nos seres vivos: possui uma quantidade menor de sais minerais;* iii. *Água mineral proveniente de fontes naturais: é adequada ao consumo humano se tiver boa procedência;* iv. *Água termal que surge na superfície da Terra: sua temperatura é mais elevada por causa do contacto da água com rochas situadas em regiões mais quentes do subsolo e v. Água das geleiras: água doce encontrada na forma sólida.*

Tal como é evidente, existe uma menor parte de água doce para o consumo e para além disso apesar de doce ela ainda não é potável, precisando de ser tratada em Estações de Tratamento de Água. Em Moçambique a água para o consumo doméstico provem das estações de tratamento de água sendo geralmente disponibilizada para moradores de zonas urbanas e as de zonas suburbanas recorrem à água dos furos que por vezes é salobre e com altos teores de coliformes, sendo por isso imprópria para o consumo.

Nas zonas rurais em particular maior parte não tem acesso a água potável nem de furos tampouco de estar recorrendo a água da chuva e outras formas de água como é o caso da água dos rios, charcos, lagoas, entre outras.

Num contexto que segundo a OMS cerca de % da população mundial sofre de doenças diarreicas por conta de consumo de água imprópria e maior parte destes índices localiza-se na África Subsaariana sendo que o cenário vivido no nosso país não é isolado, segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), perto de 2.000 crianças menores de cinco anos de idade morrem diariamente devido a doenças diarreicas e cerca de 1.800 dessas mortes estão ligadas à água, ao saneamento e à higiene precários.

Tal como mostram as figuras abaixo, as populações rurais recorrem a meios alternativos para o acesso a água que sequer é própria para o consumo e por vezes percorrem grandes distâncias para poder ter acesso a este precioso líquido.

**Figura1:** imagens A, B, e D sobre processos de captação de água em zonas rurais e C- uso da água.



**Fonte:** Banco Mundial (2015)



Segundo a UNICEF no mundo, quase 750 milhões de pessoas têm dificuldades em obter água adequada para o consumo, de acordo com um levantamento do Fundo das Nações Unidas para a Infância, UNICEF.

Segundo a agência, 90% está em áreas rurais e os cidadãos pobres e marginalizados são os que mais sofrem da privação do que é um direito humano básico.

Em África, destaque vai para os seguintes países: Moçambique, República Democrática do Congo e Papua Nova Guiné são os três países onde mais da metade da população não têm água potável para beber.

A Agência reforça que em África, os moradores do continente perdem 40 mil milhões de horas por ano a caminhar em busca de água. Por outro lado em conforme Oliveira et al. (2012) as captações de água para uso doméstico normalmente são feitas de três formas: de mananciais de superfície (lagos, represas, rios, etc.), de águas subterrâneas (poços profundos e artesianos) e da água da chuva que é imprópria para o consumo humano, precisando assim de um pre-tratamento.

Desta feita o presente estudo procura responder a seguinte questão focal de pesquisa: *Como é feito o tratamento de água para o consumo humano em zonas rurais para o em particular a comunidade da localidade de Mulungwana?*

## Objectivos

- Identificar as formas de obtenção de água na localidade de Muliungwana
- Identificar as técnicas locais de tratamento da água para uso doméstico
- Descrever os processos locais de tratamento de água identificadas
- Propor medidas de optimização destes métodos
- Comparar a eficácia de cada um dos métodos no tratamento de água para consumo doméstico

## Metodologia

Para o alcance dos objectivos desta pesquisa do tipo *estudo de caso e de aplicação*, foi desenhada uma metodologia com abordagem mista baseada numa combinação dos métodos experimental e indutivo.

A parte qualitativa do estudo consistiu na entrevista dos moradores, conversas informais e observação directa-interactiva e participante, onde o pesquisador reuniu com as estruturas da localidade e explicou os objectivos da pesquisa. Neste âmbito o pesquisador obteve as directrizes e políticas de trabalho orientadas estruturas da localidade onde foi autorizado a entrar nas casas para efectuar o seu trabalho. Tal como se sabe a pesquisa qualitativa permite que o investigador conviva com os estudados garantindo que ele aprofunde os seus

conhecimento e esclareça as suas preconcepções sobre o assunto e população de estudo. Os resultados deste tipo de pesquisa baseiam-se em descrições e transcrição e análise de depoimentos, fundamenta, dados (Prodanov e De Feitas: 2013, p18).

A parte quantitativa deste estudo consistiu no trabalho experimental na base das técnicas de filtração, tratamento térmico da água, adsorção, coagulação, desinfecção, trubimetria/nefelometria.

Este estudo foi realizado em duas principais fases:

### **Primeira fase: estudo exploratório / revisão bibliográfica**

Nesta parte da pesquisa o investigador fez u um estudo exploratório na literatura para colher mais informação sobre as disparidades de acesso a água potável em Moçambique e no mundo em geral.

Nestas nesta fase que o pesquisador desenhou as estratégias metodológicas do trabalho de campo, elaborando o roteiro de entrevista e de observação de campo.

### **Segunda fase 2: Trabalho de campo**

This phase took place in two stages:

Nesta fase o investigador manteve encontros com os líderes comunitários com vista a se informar sobre os objectivos da sua pesquisa e pedir apoio sobre as estratégias de trabalho e

sensibilização da comunidade para permitir que trabalhe sem limitações.

O trabalho de campo consistiu nas entrevistas e observação de algumas famílias seleccionadas na base de alguns critérios pré-definidos pelo autor: distancia casa à fonte de água, posse de fonte de água entre outros critérios.

### **Parte experimental do trabalho**

#### **Fases do trabalho experimental**

O trabalho experimental consistiu em três fases:

*Fase 1: Colecta de água para tratamento*

*Fase 2: Filtração da água*

*Fase 3: Desinfecção da água*

Os detalhes destes procedimentos são apresentados a seguir:

#### **a) Tratamento da água da chuva com Moringa**

A moringa é uma planta cujas sementes tem efeito coagulante. Para além de várias aplicações na área de saúde em particular, ela é utilizada para o tratamento da água pelo facto de as suas sementes possuírem capacidade de coagulação possibilitando que partículas suspensas na água possam se agregar e sedimentar.

Para o estudo, foram preparadas sementes de moringa secas adquiridas na cidade de Maputo, no espaço verde da Faculdade de Ciências Naturais e Matemática.



As sementes de moringa foram secas em estufa no Laboratório da Faculdade de Ciências Naturais e Matemática em temperaturas entre 45 a 60°C possibilitando que seus princípios activos não se degradem.

Após isso essas sementes foram trituradas no local de estudo junto com a comunidade e prepararam-se garrafas PET.

Após a introdução da água nas garrafas foi adicionada uma ponta de colher de chá pequena de sementes de moringa trituradas e agitada severamente.

A mistura foi deixada repousar por 24 horas e após isso submetida a análises laboratoriais.

**Figura 2:** Água tratada com sementes de Moringa



*Legenda: 1-Água da chuva não tratada e 2-água da chuva tratada*

#### **b) Tratamento com Radiação solar**

O calor da Energia da radiação solar permite eliminar bacterias patogénicas. Por isso o recurso a radiação solar para o tratamento da água é uma prática muito antiga, primeiro pela eficácia e segundo pelo custo do processo.

No nosso estudo, foram usadas 30 garrafas de PET de 2,0L de capacidade.

As garrafas foram recolhidas nas ruas e barracas dos vendedores no Posto Administrativo da Maluana onde se localiza o local de estudo.

As garrafas foram depois submetidas à limpeza, removendo-se os rótulos e efectuando-se a limpeza com sabão líquido e lixívia.

Após isso as garrafas foram preenchidas com água filtrada sendo que após isso foram tapadas e colocadas na horizontal sobre uma chapa de zinco previamente preparada e embutida numa mesa de madeira e outras colocadas sobre o tecto das casas (note-se que todas as casas tem cobertura de chapa de Zinco) e deixadas por intervalo de tempo de 8-12 horas dia inteiro, segundo recomenda, (Monteiro, 2001:18).

**Figura 2:** Tratamento da água por Radiação solar



#### **c) Tratamento da Água por com Fervura**

A fervura é apontada como um dos métodos essenciais e mais eficientes no processo de tratamento de água. É um método alternativo de tratamento de água mas é

sempre recomendada mesmo em casos em que a água tenha recebido um tratamento convencional.

No nosso caso de estudo, após a filtração, preparou-se uma lareira e baldes ou panelas de alumínio onde a água foi fervida.

Após a fervura que durou em média 40min a água foi retirada e transferida para recipientes limpos de barro onde foi mantida até ao consumo.

**Figura 3:** Tratamento de água por fervura



#### **d) Tratamento da Água por filtração com Filtro de Areia**

Para a filtração da água concebeu-se um filtro de área com argila conforme mostra o modelo abaixo.

Todos os materiais usados (areia, recipiente, e pedra) foram obtidos localmente a custo zero.

Após construir o filtro de areia vedou-se o local para evitar a destruição do equipamento pelos animais e crianças. A primeira porção de água filtrada foi recolhida 1 hora depois do início do processo.

**Figura 4:** Esquema do Filtro de Areia para tratamento da água



#### **e) Tratamento da Água com Cinzas**

O tratamento com cinzas consistiu na preparação das cinzas mediante a recolha de cinzas e respectivo processamento. O processamento das cinzas consistiu na retirada de resíduos de carvão e outros materiais aderentes.

As cinzas foram dissolvidas em água filtrada preparando-se assim uma solução incolor contendo bases dissolvidas e posteriormente aplicada a água filtrada para eliminar possíveis bactérias.

Após este processo a água estaria pronta já para o consumo, embora por questões de segurança a água tratada foi levada ao Laboratório de análises da UP-FCNM para análise de parâmetros: Turbidez, pH, odor, sabor conforme as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e normas da ABNT com vista a

averiguar se estava em condições próprias para o consumo.

### Resultados e Discussão

Após ter sido o estudo sobre as formas de abastecimento de água foi seleccionada uma residência onde foram feitos todos os testes dos métodos alternativos de tratamento de água.

Salientar que o processo de tratamento foi feito em colectivo com envolvimento de todos de modo a disseminar as práticas pelas famílias entrevistadas e estas receberam a missão de

ensinar/difundir as técnicas por outras famílias que não estiveram no estudo.

A seguir apresentam-se os resultados do estudo, considerando os principais métodos de tratamento de água e os parâmetros de qualidade de água escolhidos de acordo com normas internacionais de qualidade de água, visando aferir a qualidade e eficácia dos métodos usados. Na tabela 1 apresentam-se os resultados dos métodos de tratamento de água usados na comunidade de Mulungwana.

**Tabela 1:** Resultados dos métodos de tratamento de água

Técnica	Parâmetros							
	Turbidez (NTU)		pH		Sabor		Cor	
	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois
<b>Moringa</b>	11.3	2.0	5.8	6.8	Azedo-amargo	Insípida	Turva (esverdeada)	Incolor
<b>R. Solar</b>	11.3	8.56	5.8	7.3	Azedo-amargo	Azeda-leve	Turva (esverdeada)	Turva
<b>Cinzas</b>	11.3	5.38	5.8	8.87	Azedo-amargo	Salobre	Turva (esverdeada)	Turva-palida
<b>Fervura</b>	11.3	5.0	5.8	7.90	Azedo-amargo	Salobre-leve	Turva (esverdeada)	Turva
<b>Filtro de Areia</b>	11.3	2.1	5.8	7.01	Azedo-amargo	Insípida	Turva (esverdeada)	Incolor

A tabela mostra que o tratamento com moringa é mais eficiente dos outros tratamentos. Esta eficiência deve-se à presença nas sementes da moringa de substâncias com efeito coagulante, as quais tem a capacidade de adsorver/flocular as partículas suspensas na água formando flóculos que depois sedimentam tornando a água menos turva. Isso mostra que as sementes de moringa têm um

efeito coagulante mais eficiente em comparação com as outras técnicas usadas. (Neves *et al*, 2015:11)

Pode ser visto também na tabela a que o tratamento com as cinzas torna a água mais salobre devido a presença de óxidos metálicos mas cinzas utilizadas, embora esta técnica é muito eficiente na eliminação de coliformes

fecais quando comparada com a técnica de floculação com a moringa.

No concernente a radicação solar, a tabela mostra que esta técnica não reduz significativamente a turbidez embora contribui massivamente para a elevação do PH para os níveis óptimas tal como as outras técnicas utilizadas no estudo, (Regelmeier, 2015:86)

O filtro de areia mostrou-se também eficiente em termos de redução do sabor amargo, coloração, pH e turbidez, sendo que estes resultados deriva do facto de as camadas da coluna (areia, argila, pedra) terem capacidade absorviva das partículas que intensificam a coloração da água. (Monteiro *et al*, 2001: p32)

### **Caracterização do processo de conservação da água para o consumo**

Em relação as estratégias de conservação de água na zona em estudo, pelo facto destas conservarem a água em recipientes abertos o pesquisador propôs que eles passassem a tapar estes recipientes para evitar a contaminação com substâncias presentes no ar, poeiras, insectos e outros microorganismos patogénicos.

Para além de tapar os recipientes recomendamos que passassem a lavar estes recipientes antes de colocar água.

Como forma de manter a água sempre fresca propomos que eles enterrassem os recipientes

de conservação, em particular os feitos de plástico e barro, visto que eles não têm nenhum sistema de refrigeração e em época de verão sofrem com consumo de água morna.

### **Conclusão**

Feito o trabalho, tiramos as seguintes conclusões:

- Maior parte da comunidade de Mulungwana consome água dos poços, da chuva, furos e fontenárias sem prévio tratamento e percorre grandes distâncias para conseguir água para uso doméstico.
- As técnicas alternativas propostas pelo pesquisador são eficientes no tratamento de água para consumo humano, tendo contribuído na redução de coliformes, turbines, odor e coloração da água e pH.
- Das técnicas aplicadas a filtração com filtro de areias e a floculação com moringa são as mais eficientes em comparação com as outras
- Os métodos tradicionais de conservação da água usadas não são seguros sendo que as alternativas propostas, tais como: enterrar o recipiente, tapar e o uso de recipientes de cerâmica/barro mostraram-se melhores no estudo.

## Referencias

MONTEIRO, P., C. G., Viabilidade do uso da radiação solar na desinfecção da água. 2001

Regelmeier, F.A., Aproveitamento de água da chuva em zonas rurais: captação e reservação. 2015

OMS, Organização Mundial da Saúde. Regulamento sobre de Qualidade DA Água e Saúde da Ambiental. 2000

NEVES Y., T. et al, Aplicabilidade da radiação solar no tratamento de águas subterrâneas do curimataú oriental Paraibano. 2015

FREITAS, De, N e PRODANOV, V. Metodologia de Escrita de Trabalhos de Académicos. 2003

## **Factores culturais associados a alotriofagia e seu Impacto na saúde de algumas Gestantes atendidas nos Centros de Saúde do Distrito Kamubukwana na cidade de Maputo**

**Leia A. Machava & Cornélio A. L. Mucaca**

Universidade Pedagógica de Maputo,

[leiaazariasmachava@gmail.com](mailto:leiaazariasmachava@gmail.com)

### **Resumo**

A gestação é uma ocorrência essencialmente fisiológica na vida da mulher. No entanto, além dos aspectos psicológicos e sociais, os aspectos socioculturais também estão presentes neste evento, tanto para a mulher quanto para sua família e comunidade. Assim, a fase de gestação envolve elementos de natureza emocional e cultural, incluindo hábitos, comportamentos alimentares, entre outros. Nosso estudo tem como objectivo analisar o impacto da alotriofagia e factores culturais associados em algumas gestantes atendidas no Centro de Saúde do Distrito Kamubukwana na cidade de Maputo. O estudo foi aprovado pelo Comité de Ética para estudos com seres humanos do Ministério da Saúde em Moçambique. Participaram do estudo cerca de 71 gestantes de dois centros de saúde da cidade de Maputo que assinaram o termo de consentimento antes de responderem o questionário semiestruturado. Além do questionário, foram colhidos dados sobre a altura actual, peso antes e depois da gestação que auxiliaram na determinação do IMC das gestantes. Os dados foram analisados com base no pacote estatístico SPSS versão 22.0. Os resultados mostraram que entre os hábitos alotriofágicos cerca de 16,9 % das gestantes possuem hábito de consumir areia, 23,9% carvão, 21,1% comem pedras, 14,1% gostam de gelo e outros 29,9% comem farinha de milho ou de mandioca. Por outro lado, a tradição cultural não recomenda o não consumo de alimentos proteicos e ricos em colágeno como ovos, carne de cabrito e quiabo. No entanto, os resultados do nosso estudo sugerem que os hábitos alimentares das gestantes da cidade de Maputo, apesar de serem salutareos para cerca de 76,1% apresentam uma taxa de 23,9% de risco para a saúde que está relacionada com cerca desnutrição, caracterizada por magreza aguda em cerca de 40,8% e obesidade em cerca de 22,5% das gestantes. Desta forma, conclui-se que os aspectos socioculturais aliados a alotriofagia exercem grande influência sobre a saúde das gestantes.

**Palavras-chave:** alotriofagia, alimentação, cultura, saúde de gestantes.

### **Introdução**

Os transtornos do comportamento alimentar (TCA) são patologias caracterizadas por uma perturbação persistente na alimentação ou no comportamento resultando na alteração do consumo ou absorção de alimentos, e que compromete significativamente a saúde física ou o funcionamento psicossocial do

indivíduo. Por outro lado, os TCA's são considerados doenças psiquiátricas caracterizadas por perturbações graves e persistentes da conduta alimentar, envolvendo a preocupação excessiva com o peso e a forma corporal, em que são realizadas dietas extremamente restritivas ou métodos



inapropriados para alcançar o corpo idealizado (Claudino & Borges, 2002).

Neste contexto a ideia da realização das dietas extremas, a restrição no consumo das substâncias necessárias para uma alimentação equilibrada, bem como a substituição dos alimentos saudáveis por substâncias não nutricionais em mulheres gestantes, pode afectar negativamente o processo de gestação, contribuindo para problemas físicos e psicológicos destas, bem como do feto em desenvolvimento. Assim, durante a gravidez as necessidades nutricionais das gestantes aumentam e a dieta alimentar deve ser reforçada, consequentemente ocorre um aumento da ingestão energética, para que a gestante e o feto tenham um desenvolvimento saudável. Entretanto Verifica-se comumente nas mulheres gestantes há uma mudança no padrão alimentar habitual, como desejos e aversão a determinados alimentos, o que em algumas mulheres podem culminar com o desenvolvimento dos transtornos do comportamento alimentar (Baião & Deslandes, 2008).

Assim, os riscos que a alotriofagia acarreta mostram a necessidade de intervir com vista a sensibilização e a consciencialização das Gestantes para uma compreensão sobre a necessidade de mudança de comportamento e atitude face a comportamento alimentar

promovendo atitudes conducentes ao bem-estar das mesmas.

Dessa forma, julgamos que o nosso estudo pode contribuir para a compreensão das mudanças do comportamento alimentar e seu impacto no estado fisiológico de gestantes com alotriofagia caracterizado pela geofagia e carbofagia. O estudo poderá igualmente servir de subsídio para estudos posteriores na área das ciências alimentares e transtornos alimentares associados ao comportamento alimentar de pessoas, o que pode contribuir para o bem-estar das mesmas.

### **Revisão da literatura**

#### **Transtorno de comportamento Alimentar e a alotriofagia em gestantes**

O transtorno do comportamento alimentar TCA é uma perturbação da saúde física ou mental do individuo e manifesta-se essencialmente pela alteração das quantidades e qualidade dos alimentos ingeridos acarretando desse modo problemas físicos e psíquicos do individuo (Attia, 2017). Porém, o conceitos de alotriofagia sendo forma de transtorno do comportamento alimentar tem sido definido como uma compulsão e ingestão de substâncias não nutritivas ao longo do período de um mês, e ocasionalmente. Em mulheres grávidas notabiliza-se por uma deficiência nutricional

não aparente em gestantes (Goulart, et.al. 2002). Por sua vez Santos (2015) define alotriofagia como sendo um transtornos alimentares caracterizado pelo consumo de substâncias não alimentares, de forma persistente, durante um período mínimo de um mês, merecendo atenção clínica. Assim, pode-se considerar a alotriofagia com sendo um transtorno alimentar a ingestão de substâncias não essenciais ao organismo e que a posterior são prejudiciais a saúde da mulher na fase gestacional.

Entre as causas da alotriofagia ou picacismo, Hay (2002) aponta a ingestão de determinadas substâncias pelas gestantes motivadas pelo gosto, compulsão, divertimento, satisfação, hábito e ou cheiro. Dessa forma, o aparecimento desse fenómeno em mulheres grávidas pode ser causado pelo factor emocional, devido às mudanças corporais, pelas alterações hormonais que ocorrem durante a gravidez (alterações no apetite e vontades específicas devido a falta de um nutriente), como também pode ser hábito cultural da população onde a gestante se encontra.

### **Sintomas da alotriofagia**

Sobre as complicações do alotriofagia em gestantes, Goulart, et.al. (2002) refere que as consequências do alotriofagia em gestantes

variam de acordo com a natureza da substância ingerida. Os efeitos para a gestante podem incluir feridas na boca, constipação, obstrução intestinal, infecções por parasitas, toxemia, interferência na absorção de minerais e envenenamento. Essa condição pode facilmente levar à intoxicação embrionária, que pode resultar em importantes prejuízos no desenvolvimento físico e neural do feto. Além disso, pode causar a obstrução intestinal da gestante, além de sintomas mais subtis como deficiências nutricionais e casos de parasitoses. Para além de a alotriofagia estar associada a problemas mentais, muitas vezes tem consequências psíquicas que desencadeiam insuficiência de nutrientes e uma estrutura familiar transtornada.

Por outro lado, a alotriofagia possui subdivisões para cada tipo de substância consumida pelo indivíduo, as condições mais conhecidas são: Amilofagia (consumo excessivo de amido), Acufagia (consumo de objectos pontiagudos), Coprofagia (consumo de fezes), Geofagia (consumo de areia), Lithofagia (comer pedras), Xilofagia (comer madeira), Carbofagia (consumo de carvão), entre outras formas.

### **Aspectos psíquicos da alotriofagia na Gestação**

O período gestacional normalmente é acompanhado por muitas emoções, principalmente em mulheres que se preocupam exageradamente com o ganho de peso e alterações corporais durante e após esse momento. Aspectos psíquicos, tais como depressão, ansiedade, trauma físico, estresse e suporte social (Micali et al, 2011). Por outro lado, o histórico clínico de depressão leva a maior predisposição para desenvolver ansiedade e depressão ao longo do período perinatal e dobra o risco para o desenvolvimento de transtornos do comportamento alimentar durante a gravidez (MICALI et al., 2011).

Assim, estudos realizados na área social têm-se ocupado tradicionalmente nas atitudes das pessoas, das opiniões, das crenças, dos sentimentos, das representações sociais, considerando que o desenvolvimento dos transtornos do comportamento alimentar estão relacionados com distorções cognitivas dos indivíduos baseados nas suas crenças, e vivências (Neto, 1998). Porém, ao reconhecer os riscos estabelecidos pelos transtornos de comportamento alimentar em gestantes, considera-se necessário a divulgação de conhecimentos obtidos a partir dos estudos realizados nesta área, como o estudo de

Andersen & Ryan (2009) que afirmam que a presença da alotriofagia na gestação traz risco materno e fetal, incluindo alta prevalência de abortos, baixo peso ao nascimento, complicações obstétricas, hiperemese gravídica, diabetes gestacional, pré-eclâmpsia/hipertensão, aumento de cesarianas, depressão pós-parto entre outros.

### **Papel dos profissionais de saúde na intervenção da alotriofagia em gestantes**

Sendo esta área pouco estudada e pouco divulgada, verifica-se a necessidade de reforçar a intervenção por parte dos profissionais da saúde materna infantil, com vista a prevenção, diagnóstico precoce, e eficácia na intervenção. Ideia sustentada por Baiao (2008) ao afirmar que os obstetras e ginecologistas são os que desempenham um papel vital na prevenção e tratamento dos transtornos do comportamento alimentar em gestantes, sendo que a maioria dos profissionais não se preocupam com a avaliação destes aspectos, outros avaliam apenas o peso e dieta nas consultas. Porém, há sim necessidade de intervenção de todos os profissionais de saúde que fazem o atendimento as gestantes.

Ainda de acordo com Baiao (2008) os sintomas dos transtornos do comportamento alimentar em gestantes devem ser

rotineiramente avaliados e tratados durante os cuidados do pré-natal e do pós-parto junto com outros sintomas de comorbidade psiquiátrica, como a ansiedade e a depressão. Para Goulart (2002), a necessidade de uma equipe multidisciplinar no atendimento de gestantes com transtornos do comportamento alimentar, não se devem restringir apenas ao ginecologista e obstetra, mas também o envolvimento de outros como enfermeiros, nutricionistas, psicólogos.

Por outro lado, o principal objectivo do pré-natal é prestar assistência à mulher desde o início de sua gestação, onde ocorrem mudanças físicas e emocionais e cada gestante vive diferentemente (Évora, 1988). Entretanto, o pré-natal de baixo risco pode ser totalmente seguido pelo enfermeiro (Franceschini et al, 2003), pois, a consulta de pré-natal envolve procedimentos muito simples, e o profissional de saúde pode se dedicar a ouvir as queixas da gestante, transmitindo naquele momento o apoio e a confiança necessária para que ela seja fortalecida e capaz de conduzir com mais vontade própria à gestação e o nascimento. No entanto, a adesão das gestantes ao pré-natal está vinculada à qualidade do atendimento prestado pelos serviços e profissionais de saúde. Esses factores são essenciais para a redução de altas taxas de

mortalidade materna e perinatal (Coelho et al, 2002).

Do mesmo modo, sabe-se que uma nutrição adequada e variada promove saúde, previne deficiências nutricionais e protege contra doenças infecciosas, oferta equilibrada de nutrientes pode melhorar as defesas do organismo, favorecendo uma boa qualidade de vida e longevidade (Barros, 2004). Por isso, os hábitos alimentares estão basicamente relacionados a factores que podem ser: culturais, genéticos, socioeconómicos, custo, disponibilidade de alimentos; aceitação ou rejeição de padrões alimentares através de crenças, aversões, tabus ou proibições (Ramalho et al, 2000).

Por outro lado, a alimentação saudável deve ser quantitativamente suficiente, harmoniosa nos componentes, adequada à sua finalidade e ao corpo a que se destina, para que saúde e qualidade de vida possam ser obtidas (Evora, 1988). Porém, as repercussões nutricionais recaem sobre a clínica da gestante (Benigna, 2004). Dessa forma, os profissionais de saúde há muito reconheceram os efeitos da nutrição adequada durante a gravidez na saúde do bebé e da mãe e que vários factores determinam o progresso e o resultado de uma gravidez, incluindo o estado nutricional da mãe pré-gestacional (Azevedo, 2003).

## **Objectivo geral**

Analisar o impacto da alotriofagia e factores culturais associados em algumas gestantes atendidas nos Centros de Saúde do Distrito Kamubukwana.

## **Objectivos específicos**

- Identificar casos de alotriofagia mais comuns em algumas gestantes atendidas nos Centros de Saúde do Distrito Kamubukwana;
- Descrever as diferentes concepções socioculturais das gestantes sobre alotriofagia;
- Analisar a relação existente entre a alotriofagia e os parâmetros de Saúde das em gestantes.

## **Metodologia**

### **Características da área do estudo e amostra**

De acordo com os dados cartográficos dos órgãos de Administração do Conselho Municipal da Distrito Kamubukwana, o Centro de Saúde de Zimpeto situa-se no Bairro de Zimpeto, na Av. de Moçambique, junto do Mercado Grossista de Zimpeto, no Distrito Kamubukwana, este distrito cobre uma extensão de 52 Km<sup>2</sup>. De acordo com o senso populacional de 2017 a população do distrito de KaMubukwana possui 321,438

habitantes dos quais 167.763 são mulheres. Desta forma a pesquisa abrangerá gestantes em atendimento para consulta pré-natal nos centros de saúde do Distrito Kamubukwana, e os profissionais dos serviços de saúde materna Infantil desses centros.

Assim, neste estudo optou-se pela amostragem estratificada, caracterizada pela selecção de um subgrupo da população amostral constituído por gestantes, considerando que qualquer elemento da população tem igual probabilidade de ser seleccionado para a amostra (GIL, 2008).

Em relação ao tipo de Pesquisa, este estudo privilegiou a abordagem de carácter qualitativo e quantitativa. De acordo com GIL (2008) as pesquisas deste tipo têm como objectivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenómeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Assim, a pesquisa qualitativa não se preocupa apenas com os subsídios das causas, nem das consequências da existência, e sim das características do fenómeno enquanto a quantitativa irá possibilitar a obtenção de resultados mensuráveis.

### **Instrumentos de Recolha de Dados**

No caso desta pesquisa, o questionário será semiestruturado, constituído por questões previamente formuladas, havendo liberdade

para o pesquisador alterar ou fazer inclusão de questões oportunas. O questionário é um instrumento de colecta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do pesquisador (Marconi e Lakatos: 2003). Para os mesmos autores, o questionário é vantajoso pelo facto de atingir o maior número de pessoas em economia de tempo, obtendo respostas mais rápidas, além de conceder maior liberdade as pessoas para responderem o instrumento.

Em relação as variáveis do estudo, a presente pesquisa têm em consideração as seguintes variáveis: Características das gestantes, Tipo de alotriofagia, Saúde das gestantes, tempo de serviço do pessoal de saúde e apoio psicossocial e nutricional.

O estudo foi realizado respeitando as normas éticas, das quais foi solicitada a autorização a Direcção Municipal de Saúde e Acção Social, o Comité Nacional de Bioética para a Saúde, e finalmente, as gestantes foram inquiridas após assinarem um termo de consentimento informado.

### **Análise e interpretação dos dados**

Para a análise dos dados dos questionários foram usados pacotes estatísticos os pacotes estatísticos SPSS versão 22.0 para aferência de estatísticas básicas como a análise de

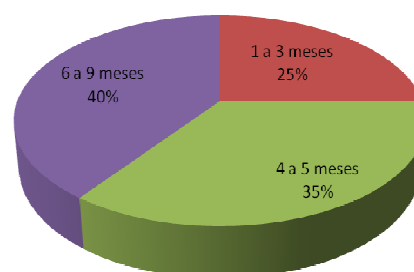
frequências, médias e percentagem das médias. Igualmente foi usado o pacote estatístico Microsoft Excel para as estatísticas complementares. Para todos os dados foi adoptado o nível de confiança de 95% ou nível de significância de 0,5.

### **Apresentação e discussão dos resultados**

#### **Características das gestantes**

Em relação ao tempo de gestação (figura 1) nota se um ligeiro equilíbrio entre as gestantes, embora a menor percentagem das gestantes tenha 1 a 3 meses de gestação (25%), seguidas de 35% que tem 4 a 5 meses e 40% com 6 a 9 meses de gestação. O tempo gestacional é fundamental na mulher, pois é a fase na qual as exigências nutricionais são elevadas a fim de permitir os ajustes fisiológicos no organismo materno e o desenvolvimento fetal (Valduga et al.,2010).

**Figure 1:** Tempo de gestação das mulheres inquiridas





O comportamento alimentar da mulher no tempo gestacional, está directamente relacionado à cultura. Assim, a alimentação está circundada por uma série de interferências: a história de vida da mulher, o comportamento alimentar da gestante, as crenças e os mitos alimentares relacionados à gestação, o cenário social em que está inserida e, além disso, a interferência dos profissionais de saúde durante o pré-natal e ainda salienta, no contexto cultural, o tempo gestacional é compreendida como um evento fisiológico revestido de valores culturais que mobilizam a gestante e os demais envolvidos a perceberem esse tempo de acordo com as suas próprias representações e percepções cuja estas interferem no ciclo dravídico, estendendo-se ao puerpério e à lactação (Baião et al., 2005).

De acordo com Helman (2003), todas as sociedades compartilham crenças sobre a vulnerabilidade materna e fetal para agravos à saúde durante a gravidez. Na maioria das culturas, acredita-se que o comportamento materno relacionado com dietas, actividade física, comportamento moral, consumo de bebida, tabaco pode afectar directamente na fisiologia fetal, causando danos à criança.

Em Moçambique o tempo gestacional nas consultas pré-natais possibilita a oportunidade de promover uma saúde duradoura, com

benefícios que se mantêm para além da gravidez. Isto inclui a preparação para o parto, informações e conselhos sobre a saúde das gestantes uma vez que ainda não existem plataforma ligada a educação alimentar mas disponibilizam informações as gestantes sobre alimentação saudável e descanso adequados, a promoção da amamentação exclusiva e precoce, as opções de alimentação para as mulheres seropositivas, o abandono do tabaco, a abstenção de álcool, drogas, e orientação sobre planeamento familiar e espaçamento da gravidez, a procura de cuidados de saúde necessários e os cuidados a prestar ao bebé recém-nascido (MISAU,1999).

### Comportamentos alimentares e factores socioculturais em gestantes

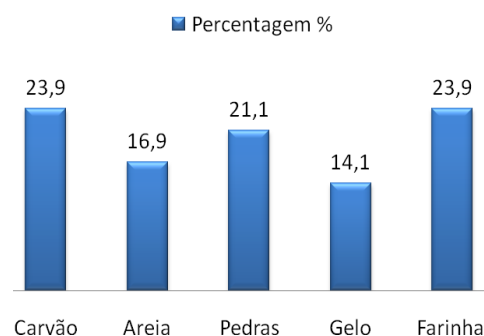
Evidências têm mostrado que o ganho de peso corporal durante a gestação serve como um prognóstico para o peso do recém-nascido, que pode ser afectado pelo estado nutricional da mãe antes da gravidez (Santos et al, 2005). No entanto, uma dieta saudável e equilibrada antes da gravidez é essencial para o bom desenvolvimento do feto (Andreto et al, 2006). Assim, no segundo e terceiro trimestres da gestação, ganho de peso adequado no período gestacional, ingestão adequada de nutrientes, controle do factor emocional e estilo de vida serão determinantes para o desenvolvimento e crescimento normal do feto (Melo, 2007).

### Alimentos alotriofágicos mais consumidos pelas gestantes

Em relação a comportamentos alotriofágicos das gestantes, resultados do nosso estudo (gráfico 2) mostra que 23.9% das gestantes tem o hábito de comer carvão, outros 29.9% comem farinha, 16,9% tem o hábito de comer areia, 21.1% tem o hábito de roer pedras, enquanto 14.1% tem o hábito de comer gelo. Contudo, todas as sociedades humanas, o comportamento alimentar é reconhecido através da análise de aspectos sociais e

culturais. Antropólogos analisam esse comportamento, apontando que grupos sociais diferem em práticas e crenças alimentares em várias ocasiões. O que é considerado alimento sagrado em uma sociedade pode ser considerado profano em outra. Além disso, cada cultura apresenta um modelo de regras implícitas que determina quem prepara os alimentos, quem os serve, quais indivíduos ou grupos podem comer juntos, onde e quando uma determinada prática alimentar pode ocorrer (Helman, 2003). O gráfico a seguir mostra os alimentos alotriofágicos consumidos (em média) pelas gestantes do distrito Kamubukwana.

**Gráfico 2:** Alimentos alotriofágicos mais consumidos pelas gestantes do distrito Kamubukwana

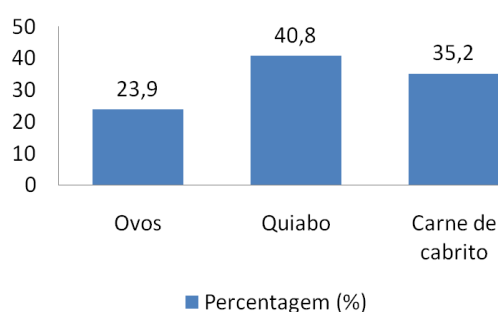


Em nosso estudo, houve casos de consumo de alimentos proteicos, açúcares além de quiabo, entre outros alimentos. No entanto, em gestantes que participaram do estudo (gráfico 3), amilofagia, geofagia, carbofagia são mais

frequentes e parecem estar associadas à inadequação do estado nutricional antropométrico. De acordo com López et al., (2004), isto é de extrema importância nas mulheres grávidas moçambicanas, uma vez que parece haver um instinto materno para satisfazer as necessidades nutricionais das mulheres grávidas moçambicanas.

Do mesmo modo, encontramos que entre os alimentos consumidos por influência de factores socioculturais, os ovos (23.9%), quiabo (40%) e carne de cabrito (35.5) são muitas vezes proibidos para gestantes, sob pretexto de que os recém-nascidos terão características similares ao aspecto do alimento, por exemplo: a ingestão de ovos pode levar ao nascimento de um bebé calvo, o consumo de quiabo pode levar ao nascimento de bebé com insalivação constante e a carne de cabrito pode levar ao nascimento de bebé com malformações na cabeça.

**Gráfico 3:** Alimentos contra-indicados para mulheres grávidas por razões culturais.



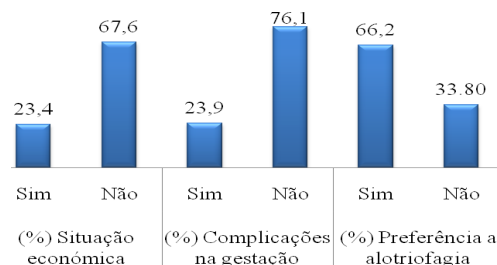
No entanto, é necessário entender que a gravidez promove desequilíbrio metabólico, circulatório, neurológico e renal que predispõe as mulheres a desenvolver um quadro clínico no limiar patológico e que podem causar complicações maternas ou fetais. A principal complicação não infecciosa que mais causa a morte é a hipertensão arterial. Também pode causar danos ao feto, como baixo peso ao nascer, risco de desenvolver doenças pulmonares e suprimento inadequado de oxigénio (WHO, 2010). Para além disso, a gravidez altera os hábitos alimentares, a sensibilidade à insulina e a produção de hormonas. Essas alterações alteram o metabolismo de carboidratos e as necessidades de insulina, que podem desencadear o diabetes melitos gestacional (Ziegel, 1985). Com base nisso, pode-se entender que os factores socioculturais que influenciam o comportamento alimentar são de grande importância na gravidez, pois incluem a tentativa de prevenir e combater as deficiências nutricionais, principalmente a desnutrição infantil e materna.

Além disso, os padrões alimentares expressam a complexidade envolvida na alimentação, uma vez que as pessoas não consomem alimentos ou nutrientes isoladamente. Dessa forma, a proibição de certos tipos de alimentos a exemplo dos que

foram apresentados no gráfico 3, pode desencadear níveis de desnutrição em gestantes afectadas como por exemplo a deficiência de formação do colágeno que pode ser causada pelo não consumo do quiabo ou outros alimentos com a mesma composição nutricional ou a deficiência em proteínas devido ao não consumo de ovos e carne, entre outros exemplos.

Por outro lado, as causas do transtorno alimentar são complexas e envolvem factores culturais, nutricionais, ambientais, fisiológicos e emocionais. Casos de tabus, superstição, história familiar e *status* económico podem interferir na prática de cuidados alimentares, bem como na associação com questões emocionais, em especial alívio do stresse e ansiedade (Saunders et al., 2008). O gráfico que se segue mostra Situação económica favorável, complicação na gestação e preferência a carbofagia e geofagia das gestantes.

**Gráfico 4:** Situação económica, complicação na gestação e preferência a carbofagia e geofagia das gestantes.

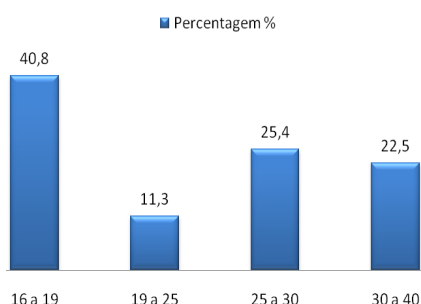


Dados apresentados em forma de médias e percentagens das médias.

Entretanto, em Moçambique, as medidas antropométricas são consideradas os principais métodos de avaliação do estado nutricional de gestantes, utilizando instrumentos de medida de peso e altura, como balanço gravimental e anamnese baseada em alimentos, dados bioquímicos como dosagem de colesterol total, Triglicerídeos, LDL-colesterol e HDL-colesterol, exames clínicos e dados psicossociais. Assim, a desnutrição em mulheres gestantes contribui para complicações e morte durante a gravidez e o parto, mesmo que a perda de sangue seja mínima. Por outro lado, mulheres com anemia severa têm um risco 3,5 vezes maior de morrer do que mulheres sem anemia (Brabin et al., 2001).

O gráfico 5 mostra medidas antropométricas de mulheres gestantes que participaram do estudo.

**Gráfico 3:** Medidas antropométricas das gestantes que participaram do estudo.



O índice de massa corporal (IMC) é apresentado em percentagem (%), sendo: 16 a 19 Magreza, 19 a 25 Saudável, 25 a 30 Sobrepeso e 30 a 40 Obesidade

Conforme o gráfico 5, às medidas antropométricas de nosso estudo, mostram maior percentual de gestantes com magreza (40,8%) seguido por gestantes com sobrepeso (25,4%), a seguir, um grande número das gestantes com obesidade (9%) e (11,3%) das gestantes saudáveis. Com isso, pode afirmar-se que a classificação do estado nutricional como magreza, sobrepeso e obesidade, reflecte o grau de influência da sociedade sobre a escolha dos alimentos pelas gestantes. Para tanto, a qualidade do alimento deve ser determinada em termos de macronutrientes (carbo-hidratos, lipídios, carbo-hidratos, proteínas) e micronutrientes (vitaminas e minerais), para evitar ganho de peso exorbitante que afecta medidas antropométricas (peso actual, altura) e índice de massa corporal (Bertin, 2006).

Outros estudos que consideram peso pré-gestacional como o peso obtido antes da 3<sup>a</sup> semana de gestação podem superestimar o peso pré-gestacional devido à tendência de ganho de peso durante o primeiro trimestre e subestimar o impacto da gestação no ganho de peso materno em longo prazo (Hyttén et al., 1991). O estudo de Harris et al. (1997) justifica o uso desta medida após estudo prévio na mesma amostra, quando se observou que nesta fase não houve ganho de peso significativo. Os outros estudos seleccionados utilizaram o peso pré-gestacional referente ao cálculo da retenção de peso.

Entretanto, há que considerar que a associação de factores como tais como: as avaliações de consumo alimentar deveriam considerar factores socioculturais e nutricionais para além dos factores genéticos e tradições locais, como reveladores das várias dimensões presentes nas necessidades dos indivíduos, das suas formas de adaptação e de apropriação do modelo dominante, das suas formas de resistência, da adopção de novos alimentos ou preparações e manutenção de hábitos e práticas tradicionais, assim como de suas representações e estratégias de sobrevivência face à oferta (Daniel, 1989). Os factores psicossociais e de estilo de vida também influenciam o ganho de

peso gestacional. O transtorno de ansiedade durante a gravidez pode aumentar a chance de complicações obstétricas, como também pode ser considerado mediador de comportamentos de risco, como o hábito de fumar e o consumo de alimentação inadequada. Ambos estão frequentemente associados à inadequação do ganho ponderal de peso gestacional (Araujo et al., 2007).

Desse modo, o conhecimento científico (traduzido na prescrição dietética) e as práticas culturais podem estar em oposição, o que coloca a mulher diante de duas lógicas distintas. Os preceitos científicos impotentes diante de algumas interdições e prescrições, particularmente associadas aos factores socioculturais e ao simbolismo dos alimentos. Com isso, no nosso estudo, os ovos e carnes costumam ser suprimidos da dieta quando considerados perigoso para a saúde do bebé pelas concepções e tabus socioculturais. Em relação a esse facto, um estudo de Mony, Oliveira & Thébaud, (1997) também demonstrou a exclusão de alimentos na dieta de gestantes com base no emprego do princípio da analogia, como, por exemplo, ingestão de ovos e nascimento de um bebé calvo; pata de caranguejo e malformação das pernas; consumo de abacaxi e surgimento de manchas na pele da criança.

Em Moçambique a associação de factores no consumo alimentar estão representadas por valores culturais e tradições locais como reflecte o estudo feito no centro integrado do hospital militar de Maputo as gestantes não come ovos porque as crianças podem nascer sem cabelo, Cana-de-açúcar a criança pode insalivar, Cacana pode provocar aborto espontâneo, entre outros aspectos (Cofe, 2018).

### **Conclusão**

Neste estudo, concluímos que há associação de factores socioculturais com o comportamento do consumo alimentar baseados na alotriofagia. Entre as substâncias consumidas pelas gestantes alotriofágicas destacam-se o carvão, areia, gelo e farinha de milho ou mandioca. Esse consumo pode estar relacionado com as variações extremas no índice de massa corporal das gestantes que apresentam magreza aguda em cerca de 40.8% e obesidade em cerca de 22.5%. Assim, os efeitos da dieta sobre as medidas antropométricas das gestantes do distrito de KaMubukwana sinalizam em parte um possível surgimento das doenças metabólicas tais como anemia e diabetes melitos tipo II.



## Referências

ANDRETO, L. M. Factores associados ao ganho ponderal excessivo em gestantes atendidas em um serviço público de pré-natal na cidade de Recife, Pernambuco, Brasil. *Cad. Saúde Pública*. v. 22, n. 11. 2006.

AZEVEDO, Daniela Vasconcelos de; SAMPAIO, Helena Alves de Carvalho. Consumo alimentar de gestantes adolescentes atendidas em serviço de assistência pré-natal. *Rev. Nutr.*, vol.16, n.3. 2000

BAIÃO, M. R.; DESLANDES, S. F. Alimentação na gestação e puerpério. *Revista de Nutrição*, v. 19, n. 2. 2006.

BARROS, D. C. O consumo alimentar de gestantes adolescentes no Município do Rio de Janeiro. *Cad. Saúde Pública*, vol.20, suppl.1. 2004

BELARMINO, G. O.. Risco nutricional entre gestantes adolescentes. *Acta paul. enferm*, vol.22, n.2. 2009.

BENIGNA, M. J.C.; NASCIMENTO, W.G.; MARTINS, J. L. Pré-natal no programa saúde da família (PSF): com a palavra, os enfermeiros. 2004.

BERTIN, R. L. Métodos de avaliação do consumo alimentar de gestantes: uma revisão. *Rev. Bras. Saude Mater. Infant.*, v. 6. 2006.

BRABIN BJ, HAKIMI M., PELLETIER D.. An analysis of anemia and pregnancy-related maternal mortality. *J Nutr.* 2001

BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. Pré-natal e Puerpério: atenção qualificada e humanizada— manual técnico/Ministério da Saúde, Secretaria de

Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas – Brasília: Ministério da Saúde. 2015.

COELHO, K. S.; SOUZA, A. I.; BATISTA FILHO, M.. Avaliação antropométrica do estado nutricional da gestante: visão retrospectiva e prospectiva. *Rev. Bras. Saude Mater. Infant.*, v. 2. 2002.

COTTA R.M., COSTA G.D, REIS R.S, Sant'ana L.F.R, RODRIGUES J.F.C, CASTRO F.A.F, CAMPOS ACM. Aspectos relacionados aos hábitos e práticas alimentares de gestantes e mães de crianças menores de dois anos de idade: o programa saúde da família em pauta. *O Mundo da Saúde*. 2009.

ÉVORA, Y. D. M. Orientações ministradas a gestante durante a assistência pré-natal: Atuação dos profissionais de Enfermagem. *Rev. Esc. Enf. USP*, v. 22. 1988.

FRANCESCHINI, S. C. Fatores de risco para o baixo peso ao nascer em gestantes de baixa renda. *Rev. Nutr.*, v. 16, n. 2. 2003

GOUVEIA, R. Gravidez e exercício físico mitos, evidências e recomendações. 2006.

HARRIS HE, ELLISON GT, HOLLIDAY M, LUCASSEN E. The impact of pregnancy on the long-term weight gain of primiparous women in England. *Int J Obes Relat Metab Disord*. 1997

HELMAN, C G.. Cultura, saúde e doença. 4 ed. Porto Alegre: Artmed. 2003

HYTTEN F.E, CHAMBERLAIN G.. Clinical Physiology in Obstetrics. Oxford (UK): Blackwell Scientific Publications. 1991

LÓPEZ, L. B.. La pica durante el embarazo: un trastorno frecuentemente subestimado.

Archivos Latinoamericanos de Nutricion, v. 54, n. 1. 2004

MARTINS, A, P, B; BENICIO, M, H, D. Influência do consumo alimentar na gestação sobre a retenção de peso pós-parto. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 45, n. 5. 2011

MELO, A. S.. Estado nutricional materno, ganho de peso gestacional e peso ao nascer. Rev. bras. epidemiol., v. 10. 2007

MONTOVANELI, L., AULER, F. Consumo alimentar de gestantes adolescentes cadastradas na Unidade Básica de Saúde de Mandaguaçu,PR. Revista saúde e Pesquisa, v. 10. 2009

OLINTO, M. T. A. Padrões alimentares: análise de componentes principais. In: KAC, G.; Sichieri, R.; Gigante, D. P. . Epidemiologia nutricional. Rio de Janeiro: Fiocruz/Atheneu. 2007

RAMAKRISHNAN, U.. Nutrition and low birth weight: from research to practice. Am J Clin Nutr. 2004

RAMALHO, R. A., SAUNDERS,C.. O papel da educação nutricional no combate às carências nutricionais. Rev.Nutr. v. 13. 2000.

SAUNDERS, C.; NEVES, E. Q. C.; ACCIOLY, E. . Recomendações nutricionais na gestação. Nutrição em obstetrícia e pediatria. 2. ed. Rio de Janeiro: Cultura Médica. 2009

STULBACH, T.E. Determinantes do ganho ponderal excessivo durante a gestação em serviço público de pré-natal de baixo risco. Rev. bras. epidemiol.v. 10. 2007

WHO, World health organization. Global strategy on diet, physical activity and health. Resolution of the World Health Assembly. Fifty-seventh World Health Assembly, Geneva. 2004

ZIEGEL E., CRANLEY M. . Enfermagem. 1985

## **Impacto das políticas públicas no desenvolvimento socioeconómico do Distrito de Matutuíne (2004 - 2014): caso do fundo de iniciativa local e fundo distrital de desenvolvimento**

**Ernesto Domingos Chaviro**

Universidade Pedagógica de Maputo

### **Resumo**

O fenómeno pobreza é muito complexo e multifacetado. É um dos desafios assumidos por todos países do mundo na adopção dos Objectivos de Desenvolvimento de Milénio das Nações Unidas. Este documento inspirou a elaboração de Políticas Públicas adoptadas por vários países africanos, em geral, e Moçambique, em particular. A presente pesquisa analisa o fenómeno de combate a pobreza em Moçambique, tendo como propósito compreender de que modos os “7 milhões de meticais” contribuem para o desenvolvimento socioeconómico local. O estudo focaliza o caso do Distrito de Matutuíne, na província de Maputo, no período 2004 - 2014. Assim, este estudo surge da necessidade de querer compreender o modo como os “7 milhões de meticais” contribuíram para o desenvolvimento socioeconómico de Moçambique (2004 - 2014). A pesquisa usou o método qualitativo, na vertente etnográfica. A realização da pesquisa obedeceu três fases: a primeira, que consistiu na leitura analítica e interpretativa de diversas fontes escritas; a segunda, que consistiu na elaboração de um guião de entrevista semiestruturada e um inquérito (trabalho de campo) e; a terceira na qual se faz a interpretação de dados através do cruzamento das diferentes fontes que permitiram a elaboração do trabalho final. O trabalho tem como principal objectivo: compreender o fenómeno da pobreza em Moçambique. Especificamente, pretende-se fundamentar e definir o conceito de pobreza, identificar as políticas públicas para o combate a pobreza em Moçambique entre 2004 e 2014 e, por último explicar, o impacto do FIL (FDD) para o desenvolvimento socioeconómico do distrito de Matutuíne (2004 – 2014). A escolha do distrito de Matutuíne deve-se à sua localização geográfica, na região sul de Moçambique, zona fronteira com a República da África do Sul que serve de corredor para o desenvolvimento, mercê do seu potencial turístico e de existência de recursos naturais no seu território. Após a recolha e cruzamento de dados, constatamos que a política dos 7 milhões de meticais (FIL) foi uma ideia acertada, carecendo, simplesmente, de monitoria e fiscalização na sua implementação. Também constatamos um fraco retorno do valor

alocado aos mutuários, fazendo-nos concluir que há um fraco retorno dos valores alocados aos mutuários.

**Palavras-Chave:** pobreza, Fundo Distrital de Desenvolvimento, Conselho Consultivo.

## **Introdução**

### **Justificativa Subjectiva**

A redução da pobreza vem sendo definida como um dos principais objectivos e propósitos nos programas de governação em Moçambique e em vários países africanos e no mundo, em geral. Contudo, a definição do conceito pobreza continua em debate. Para efeitos de definição de políticas, a pobreza foi inicialmente relacionada com a falta de rendimentos, dinheiro ou espécie, necessários para a satisfação de necessidades básicas. Porque esta definição monetarista não cobria todas as vertentes da pobreza, foi-se alargando o conceito para abarcar aspectos como falta de acesso à educação, saúde, Infra-estruturas, acesso à água potável, saneamento, entre outros. Neste momento, o conceito de pobreza também inclui aspectos como o isolamento, exclusão social, falta de poder, vulnerabilidade entre outros.

O governo moçambicano, desde cedo, mostrou-se preocupado com a redução da pobreza. Isso verifica-se quando olhamos para as políticas implementadas desde o fim do período colonial até a actualidade. Logo após a independência, o governo moçambicano adoptou o PPI (Plano Prospectivo Indicativo) que tinha como principal

objectivo tirar o país da pobreza num intervalo de 10 anos. Essa política não trouxe resultados desejados devido a vários factores, tais como: guerra e calamidades naturais, entre outros. Por conseguinte, o governo moçambicano adoptou vários instrumentos para combater a pobreza e assegurar o desenvolvimento, nomeadamente: Programa de Reabilitação Económica (PRE), Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES), Plano de Acção Para Redução da Pobreza Absoluta I (PARPA I), Plano de Acção Para Redução da Pobreza Absoluta II (PARPA II) e, actualmente, o Plano de Acção Para Redução da Pobreza (PARP). No mesmo diapasão, o governo sempre quis combater a pobreza, embora sem grandes êxitos. A última política, traduzida no PARP, ainda está em vigor, sendo prematuro adiantar quaisquer tipos de resultados.

A política de Fundo de Iniciativa Local (FIL), vulgo “7 milhões de meticais” foi implementada no âmbito do processo de desconcentração e descentralização da Função Pública, no país, aliado ao *slogan* do governo central que definiu: “o distrito *como pólo de desenvolvimento*”. Pouco se sabe em torno do nível de contribuição que esse valor tem dado para a economia

nacional, visto que as pesquisas em torno do assunto são incipientes. O pouco que se sabe tem sido divulgado pelos *Media*. É assim que a presente pesquisa resulta da vontade intrínseca de querer aprofundar sobre a pobreza em Moçambique e, por essa via, pretendemos compreender o contributo do FIL (FDD) ou vulgo “7 milhões de meticais” para o desenvolvimento socioeconómico de Moçambique tomando como caso do distrito de Matutuíne.

### **Revisão da Literatura**

Vários autores já abordaram em torno do fenómeno pobreza em Moçambique, como é o caso dos seguintes: Furtado (1976), na obra intitulada: *Teoria política e desenvolvimento económico*, na qual faz uma abordagem em torno do desenvolvimento e subdesenvolvimento. Ele encontra o seu suporte em três teorias (dos Clássicos, Keynesiana e Marxista) para explicar a pobreza existente nos países subdesenvolvidos.

Carmo (2007), na obra intitulada: *Desenvolvimento Comunitário* discute em torno das diferentes dicotomias do termo pobreza.

Knijajńskaia (1984), no livro: “*O aumento da População e o Problema da Pobreza Alimentar nos Países em Vias de Desenvolvimento*”, discute a problemática da fome registada nos países em via de desenvolvimento. A autora acrescenta que a partir da década de 1970, registou-se uma explosão demográfica no mundo mas não

contribuiu para o aumento do problema de fome a nível mundial.

Macamo (2006), na obra intitulada “*Um País Cheio de Soluções*”, o autor faz uma abordagem crítica da estratégia do governo moçambicano na sua luta pela redução da Pobreza. Ele questiona a percepção do mundo acerca da pobreza. Para o sociólogo, a concepção da pobreza absoluta patente no PARPA I é uma concepção da Europa Ocidental e não se adequou a realidade moçambicana. PARPA estabeleceu correlações entre pobreza e demografia, educação, saúde e nutrição, agricultura, emprego e acesso a serviços básicos.

Já Picasso (2006), na obra intitulada: “*Da Organização da Unidade da União Africana (OUA) à União Africana (UA): Percursos Lições e Desafios*” também faz uma abordagem em torno da política do Governo moçambicano. Para Picasso (2006:164), o PARPA fez constatações interessantes em torno da realidade do país. Ele fez um estudo detalhado sobre a pobreza. Para tal, partiu duma definição da pobreza baseada em níveis de consumo para constatar que milhões de moçambicanos não são capazes de garantir, a si próprios, e aos seus dependentes, um conjunto básico de condições mínimas de subsistência e bem-estar segundo os padrões considerados normais pela sociedade moçambicana e pela ONU.

Kniajńskaia (1984) concorda com Furtado (1976) quanto ao estudo de países considerados em via de desenvolvimento. Eles explicam as causas da pobreza desse grupo de países de que Moçambique faz parte. Essas obras vão ajudar à compreensão do fenómeno pobreza a nível dos países em via de desenvolvimento. Picasso (2006) exalta o documento PARPA ao referir que este traz grandes descobertas contrariando Macamo (2006) que diz que a pobreza discutida no PARPA está mais virada à realidade ocidental e não moçambicana.

Branco et al (2010), na sua obra: *Protecção Social: Abordagens, Desafios e Experiências*, discute em torno da pobreza em Moçambique. Mostra diferentes modelos de desenvolvimento implementados pelos governos a nível mundial. Critica o modelo de desenvolvimento afirmando que noutros países não teve nenhum resultado positivo porque o problema reside na procura (poder de compra da população) e não na oferta.

Por sua vez, Rolim (2002), na obra intitulada: *A Economia Moçambicana Contemporânea: Ensaio*, analisa as políticas de desenvolvimento implementadas pelo governo de Moçambique fazendo um levantamento de todos os documentos e ideias discutidas nos seminários realizados a nível do Governo. Rolim (2002:680) concorda, parcialmente, com Picasso e com Macamo (2006). Acrescenta que o PARPA é um instrumento de programação rolante e dinâmico.

A característica incorpora elementos novas consequências da evolução da sociedade.

Macamo (2006), “*Um país cheio de soluções*”, faz uma análise crítica em torno da pobreza em Moçambique e da estratégia de desenvolvimento implementado pelo Governo. Ele aborda a questão do PARPA I (uma das políticas de desenvolvimento implementada pelo Governo), que foi não teve grandes êxitos. No entanto, este autor não analisa em concreto de que forma o PARPA I foi aplicado e executado nos distritos do país em geral e de Matutuine em particular.

Outro documento consultado foi o Relatório de Pobreza (2010), que contém novos dados em torno da pobreza urbana em Moçambique. De acordo com documento, que apresenta um estudo comparativo dos últimos anos, a cidade de Maputo apresenta maior índice de pobreza, quando comparada com outras cidades do país.

Valá (2009), na obra: *Desenvolvimento rural em Moçambique: Um Desafio ao Nosso Alcance*, analisa a acção dos Conselhos Consultivos e do Fundo de Iniciativa Local (FIL). Ele explica a génese do mesmo e o seu fundamento. Mas este autor não explica as motivações da política de FIL (7 milhões de meticais) que, a posterior se designou Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD).

Os autores acima mencionados, discutem as várias estratégias adoptadas pelo governo moçambicano no combate a pobreza em geral.



Rolim (2002), Macamo (2006) e Picasso (2006) discutem a política Pública a nível nacional (PARPA). Enquanto Valá (2009), Branco et al (2010), olham para as Políticas Públicas a nível local (FIL), partindo como exemplo da província da Zambézia e Nampula respectivamente.

Assim, pesquisa surge como um contributo e subsídio para entender o impacto da política de Fundo de Iniciativa Local (FIL) e Fundo Distrital de Desenvolvimento (FDD) no desenvolvimento socioeconómico do Distrito de Matutuíne.

### **Delimitação do Tema e Espaço Temporal**

A presente pesquisa tem como Tema de Estudo: O Contributo das Políticas Públicas no Desenvolvimento Socioeconómico de Moçambique;

Tem como Objecto de Estudo: o impacto do Fundo de Iniciativa Local (FIL), vulgo “7 milhões de Meticais” e do Fundo Distrital de Desenvolvimento (FDD) no desenvolvimento socioeconómico de Matutuíne, no período 2004-2014.

A escolha do período 2004 a 2014 tem a ver com o período de governação dos dois mandatos do presidente Armando Emílio Guebuza. No seu primeiro mandato, introduziu a política PARPA que visa combater a pobreza em Moçambique. A partir de 2006, adicionou no Orçamento de Estado um Fundo de “7 milhões de Meticais” para cada um dos 128 distritos de Moçambique. Deste modo, instituiu o FIL. Em 2011, houve o

reajuste do FIL, que foi substituído pelo Fundo Distrital de Desenvolvimento (FDD), permitindo deste modo, fazer uma análise comparada dessas políticas Públicas em vigor no país.

### **Problematização**

De acordo com o Relatório de Pobreza do Ministério do Plano e Finanças (2004), nos últimos 5 anos, houve um incremento da pobreza urbana, sendo as cidades de Maputo e Matola as que tiveram o maior índice de pobreza. Aliado a esse factor conjuga-se o facto de querer saber mais sobre o nível de desenvolvimento socioeconómico do país em geral e de Matutuíne em particular, sabendo que ela tem grande potencialidade socioeconómica. Também associa-se o facto de me encontrar a trabalhar em Matutuíne entre os anos 2011 e 2016, o que me permitiu viver na primeira pessoa as dificuldades do Distrito e apreciar as suas potencialidades. Matutuíne é um dos Distritos mais próximos da cidade de Maputo, mas distante em termo de infra-estruturas. Esse aspecto despertou a curiosidade, por isso a elaboração do presente trabalho.

A presente pesquisa analisa o fenómeno de combate a pobreza em Moçambique, tem como propósito compreender de que modo o Fundo de Iniciativa Local (FIL) e Fundo Distrital de Desenvolvimento (FDD) contribuem para o

desenvolvimento socioeconómico de Moçambique em geral e do distrito de Matutuíne em particular, no período 2004-2014.

Para tal, traçamos as seguintes perguntas de partida:

1. Será que as Políticas Públicas adoptadas pelo Governo de Moçambique (2004 - 2014) contribuíram para o desenvolvimento socioeconómico do país?
2. Será que o Fundo de Iniciativa Local (FIL) e Fundo Distrital de Desenvolvimento (FDD), vulgo “7 milhões de meticais” contribuíram para o desenvolvimento socioeconómico do distrito de Matutuíne, no período 2004 - 2014?

#### **Hipóteses:**

1. Presume-se que as Políticas Públicas adoptadas pelo Governo de Moçambique podem contribuir para o desenvolvimento do país.
2. Provavelmente o FIL e o FDD contribuiu de certa forma no desenvolvimento socioeconómico do Distrito de Matutuíne, 2004 – 2014

#### **Objectivo Geral**

- Compreender o fenómeno de pobreza em Moçambique.

#### **Objectivos específicos**

- Analisar a Política Pública aplicada no combate a Pobreza em Moçambique no período 2004 – 2014;
- Explicar a contribuição do Fundo de Iniciativa Local (FIL) e do Fundo Distrital de Desenvolvimento (FDD) para o desenvolvimento socioeconómico do Distrito de Matutuíne, 2004 e 2014.

#### **Método**

A pesquisa usou o método qualitativo, na vertente etnográfica, uma vez que ela é resultado da observação participante. Do mesmo modo, se recorreu a entrevista semiestruturada, entre outras técnicas adoptadas, com vista a compreender o contributo do FIL/FDD para o desenvolvimento socioeconómico do distrito de Matutuíne.

#### **Metodologia**

Para a realização da pesquisa obedeceu três fases, nomeadamente: A primeira, consistiu na leitura analítica e interpretativa de diversas fontes escritas, com vista a familiarização com o tema abordado. De seguida, elaborou-se um guião de entrevista semiestruturada e um inquérito, contendo os itens que visaram esclarecer a situação do fenómeno pobreza em Moçambique e no distrito de Matutuíne. A segunda fase corporizou-se no trabalho de

campo. Nesta fase fez-se a visita ao distrito de Matutuíne, onde em audiência com administrador do distrito conseguiu-se a ajuda para a colecta de dados. Vale dizer que nesta fase teve-se acesso a algumas actas das reuniões do Conselho Consultivo Local. Por conseguinte, a visita de campo permitiu a entrevista a algumas personalidades, tais como: administrador do distrito, o chefe do posto de Bela Vista e de Zitundo e os membros do conselho consultivo do posto e distrital. Além destes foram entrevistados alguns beneficiários do fundo. Ao longo do estudo também foram entrevistados 50 membros da comunidade local para medir o seu nível de conhecimento sobre a existência desse fundo. E, na terceira fase, fez-se a interpretação de dados através do cruzamento das diferentes fontes que permitiram a elaboração do trabalho final.

### **Referencial Teórico**

Políticas Públicas nasce como uma área de actuação do governo a partir de 1948, no âmbito da Guerra Fria, nos EUA. No mesmo ano, Robert McNamara, estimulou a criação da RAND Corporation, uma organização não-governamental financiada por recursos públicos e considerada a precursora dos *think tanks*. De seguida, ela alastrou-se para os Estados europeus. As Políticas Públicas, variam de acordo com a tipologia, modelos de actuação ou

implementação (de baixo para cima ou de cima para baixo) e obedece os seguintes estágios: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, selecção das opções, implementação e avaliação (Sousa, 2007).

Segundo Easton (1965) as Políticas Públicas recebem “inputs” dos partidos, da imprensa e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos.

A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell (1958), ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam em responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz.

Na concepção de Boneti (2007) o Estado se torna um agente que repassa à sociedade civil as decisões saídas do âmbito da correlação de forças travadas entre os agentes do poder. Tais relações determinam um conjunto de acções atribuídas à instituição estatal, que provocam o direccionamento (e/ou o redireccionamento) dos rumos de acções de intervenção administrativa do Estado na realidade social e/ou de investimentos (Sousa, 2007).

De acordo com Silva (2009) uma política pública deve pelo menos ter um fluxo de informações em relação a um objectivo que visa atender as necessidades da sociedade. O poder público procura antecipar necessidades ao planejar e implementar acções que criem condições

estruturais de desenvolvimento socioeconómico de um país.

Os autores discutem em torno das teorias das Políticas Públicas, olhando para os modelos adoptados pelos norte-americanos e os Europeus. Sendo um campo novo, pouco se sabe sobre as Políticas Públicas a nível de Moçambique. Por isso, o presente trabalho, nasce da necessidade em querer compreender as Políticas Públicas em vigor no nosso país entre os anos 2004 – 2014, dando mais ênfase a PARPA II, FIL e FDD, o seu contributo no desenvolvimento socioeconómico do distrito de Matutuine.

### **Políticas públicas aplicadas no combate a pobreza em Moçambique no período 2004 – 2014**

No presente capítulo vamos discutir o conceito de pobreza. A escolha deste conceito prende-se ao facto de ser o centro de atenção em todas Políticas Públicas vigentes em Moçambique no período em análise.

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública e pobreza, por isso a seguir iremos trazer o conceito que mais se adequa a realidade moçambicana.

#### **Definição De Conceitos**

##### **Política Pública**

Segundo Peters (1986), Política Pública é a soma das actividades dos governos, que agem

directamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos.

##### **Pobreza**

Segundo a RAP (2005: 11), o termo pobreza é muito complexo. Ele remete-nos a um estudo em várias vertentes. Pelo facto do tema ser muito amplo, nas bibliografias recentes, a pobreza tem sido descrita como um fenómeno complexo e multidimensional com significados multifacetados para pessoas, instituições ou países. Ela pode ser identificada através de indicadores de rendimento, serviços essenciais básicas (saúde, habitação, educação, água e saneamento). Para gerar melhor compreensão da presente análise, e estabelecer critérios de aferição, pretendemos debruçar de maneira breve e sintetizada sobre as diversas dicotomias a volta da pobreza.

##### **Pobreza Absoluta**

Carmo (2007:132) define a Pobreza Absoluta como sendo grupo de pessoas portadoras de um rendimento abaixo do qual não podem fazer a despesa mínima necessária à manutenção da vida (indicador de rendimento). O autor (2007) acrescenta que um conjunto de bens ou de recursos abaixo dos quais se deve falar em pobreza, partindo do princípio que há um vasto número de recursos mínimos que possibilitam a satisfação das necessidades básicas das quais depende a sobrevivência dos indivíduos. Assim,

são pobres aqueles cujos recursos são poucos e que não garantem a satisfação das suas necessidades básicas. Este tipo de pobreza expõe um problema, que é identificar um padrão para aquilo que se considera necessidade básica, pois as necessidades básicas para um indivíduo varia de sociedade para sociedade, o que levanta dificuldades metodológicas por exigir a definição das necessidades mínimas de subsistência.

PARPA I (2001:6) concordando com Carmo (2007), define a pobreza como sendo *a incapacidade dos indivíduos de assegurar para si e os seus dependentes um conjunto de condições mínimas para a sua subsistência e bem-estar, segundo as normas da sociedade*. O que não constitui a verdade. Porque no caso da pobreza urbana, as pessoas são consideradas pobres por falta de oportunidade a um emprego decente.

Esta definição de pobreza foi contestada por se basear só e somente só no indicador de consumo por isso houve a necessidade de procurar um conceito mais abrangente. Para RAP (2005:14), a Pobreza Absoluta deriva da não criação do acesso às condições básicas de vida e bem-estar dos cidadãos e das famílias, e dos agregados familiares, para que os pobres possam sair desta situação de vulnerabilidade. Entretanto, essa definição é contraditória a que foi apresentada pelo PARPA I. RAP (2005) responsabiliza o Governo de nada estar a fazer para combater a

pobreza, por isso houve a necessidade do governo rectificar a definição trazida no PARPA I.

Para PARPA II (2006:8), concordando parcialmente com PARPA I (2001) acrescenta que pobreza é a *Impossibilidade por incapacidade, ou por falta de oportunidade de indivíduos, famílias e comunidades de terem acesso a condições mínimas, segundo as normas básicas da sociedade*. Entretanto, aqui verifica-se o reconhecimento por parte do governo moçambicano que a pobreza é multifacetada. Entretanto, esta definição já responde as exigências do RAP, de que a população é pobre “*por incapacidade ou por falta de oportunidade*”.

Portanto, podemos definir a Pobreza Absoluta (em termos de rendimento) como sendo a falta de rendimentos necessários para a satisfação das necessidades alimentares e não alimentares básicas; Falta de rendimento suficiente para satisfação das necessidades alimentares e não alimentares essenciais, de acordo com as normas de sociedade.

### **Pobreza Relativa**

Carmo (2007:132), define a pobreza relativa como a representação social da pobreza numa dada cultura e num dado momento histórico. Entretanto, podemos dizer que a pobreza relativa é a falta de condições humanas básicas, como o

analfabetismo, má nutrição, esperança de vida reduzida, saúde materna fraca, incidência de doenças preveníveis. Esta definição relaciona-se com as medidas indirectas da pobreza tais como acesso a bens, serviços e infra-estruturas necessárias para atingir condições humanas básicas.

Portanto, as noções de pobreza absoluta e relativa, consideram-se objectivas, por oposições à pobreza subjectiva. Considera-se objectivas porque assentam na avaliação das condições de vida concretas das pessoas e famílias, indiferentemente de modo como estas (pessoas e agregados familiares) analisam e avaliam a sua própria situação.

### **Plano de acção para redução de pobreza absoluta (PARPA II)**

#### **Contextualização e Génese (2006-2009)**

Desde a proclamação da independência nacional, o governo moçambicano teve na sua agenda a erradicação da pobreza. Este objectivo verifica-se quando observamos os programas quinquenais do governo desde 1975 até a actualidade, nomeadamente: PPI, PRE, PRES, PARPA I, PARPA II e PARP.

Em sentido geral, PARPA é um documento oficial elaborado pelo governo de Moçambique com vista a redução da pobreza absoluta. Esse documento foi aprovado pelo Conselho de Ministros do Governo de Moçambique em Abril de 2001 e estabeleceu um quadro sistemático,

abrangente e multisectorial de luta contra a pobreza em Moçambique, para um período de cinco anos. Acrescentam Branco et al (2010:20), que o PAE e o seu enfoque na estabilização económica deram forma ao PARPA I (2001 - 2005), aprovado em Abril de 2001 e ao PARPA II (2006- 2009), aprovado em Maio de 2006. O PARPA focaliza nas suas políticas, a promoção do crescimento económico, através da liberalização do mercado, restrição fiscal e melhoramento do ambiente para o sector privado. O PARPA II tem como principal objectivo diminuir a incidência da pobreza de 54% em 2003 para menos de 45% em 2009.

De acordo com Francisco (2010:185), o PARPA II, sucedeu ao PARPA I (2001-2005), mantendo em comum as prioridades em áreas do desenvolvimento do capital humano: na educação e saúde, da melhoria na governação, do desenvolvimento das infra-estruturas básicas e da agricultura, do desenvolvimento rural, e de melhoria na gestão macroeconómica e financeira. Ela foi elaborada no âmbito da satisfação das exigências impostas pelo Banco Mundial, FMI e G20. Contudo, o governo moçambicano teve que concentrar esforços no sentido de saber quem são esses pobres, onde e como vivem, e, sobretudo, porque são pobres. Macamo (2006:25), concordando com Francisco, acrescenta que a redescoberta da pobreza em Moçambique surge no contexto do perdão da dívida externa. Assim,

PARPA é essencialmente, a reacção oficial moçambicana a uma exigência fundamental dos doadores: *“só haveria perdão das dívidas nas condições reservadas aos países mais pobres se houvesse um compromisso sério de combate a pobreza”*. Sem esta exigência, os moçambicanos absolutamente pobres haviam de nascer, viver e morrer pobres. Macamo (2006:25) acrescenta que, *“graças às contingências do auxílio internacional ao desenvolvimento, os absolutamente pobres passam a ter história”*.

De referir que o autor não pretendia dizer que o povo moçambicano não tinha história antes do PARPA porque a preocupação pelo bem-estar (combate a pobreza) do povo já fazia parte da agenda do governo logo após a independência nacional. Isto verifica-se nos programas do governo nas décadas 70 e 80. Com a morte do presidente Samora Machel em 1986, parece que desaparece com ele a preocupação pelo combate a este mal. E o combate a pobreza absoluta volta a constar, com maior destaque, com a introdução do PARPA I. É a partir deste momento, onde a população pobre volta a ser o centro das atenções do governo do dia. O Governo moçambicano passa a se preocupar pelo bem-estar de todos, com maior destaque para as camadas mais desfavorecidas, composta pela maioria da população moçambicana.

### **Fundo de iniciativa local (FIL), vulgo 7 milhões de meticais**

De acordo com Hanlon e Smart (2008:187), o vulgo “7 milhões” constitui a faceta mais visível da política de descentralização. A descentralização é a mais importante reversão em matéria de poder e na criação do contexto no qual as pessoas fazem opções de desenvolvimento e trabalham no sentido duma visão de desenvolvimento. Valá (2009:100), concordando com Hanlon e Smart (2008), atesta:

a participação dos cidadãos na vida sociopolítica do país foi a forma que o poder assumiu de “convidar” as comunidades a identificarem as melhores soluções para os problemas que enfrentam. acrescenta que, uma das questões centrais da administração pública em Moçambique diz respeito à deficiente harmonização de políticas públicas dentro do espaço territorial do distrito. Apesar de tudo, existem evidências de que a descentralização tem o condão de promover o desenvolvimento rural e a enquadrar da melhor forma as estratégias de combate a pobreza (Ibid, 209:149).

Os dois autores concordam quanto a génese dos “vulgo 7 milhões”. Para Hanlon e Smart (2008:179), a política de descentralização Moçambicana se materializa nas seguintes acções:

- Administrações municipais eleitas;



- Mais poder para os distritos, ligados aos Conselhos Consultivos e a concessão de um orçamento de 7 milhões de meticais aos distritos e,
- Uma série de conselhos especializados para gastar as receitas de caça e corte de madeira e supervisionar escolas e polícia comunitária. Todos têm o direito de tomar decisões. Embora o uso deste poder tenha sido variável, a descentralização trouxe o poder até à base. E talvez ainda mais importante, começa a criar as suas próprias visões.

De acordo com Hanlon e Smart (2008:187), o vulgo “7 milhões” tem a sua génese em 2006, aquando da inclusão no orçamento do Estado do mesmo ano, um montante de 7 milhões de meticais para cada distrito. Isto representa 2% do orçamento do Estado, equivalente a transferência que é feita para cada um dos municípios. Concordando com o autor, atesta Valá (2009:101) refere que, *em 2006, o Governo alocou aos 128 distritos um Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OIIL), um montante de “7 milhões de meticais” equivalente a cerca de 300 000 dólares, contribui para catalisar discussão ao nível das “forças vivas”*. Os autores concordam quanto a génese da política de vulgo “7 milhões” e, discordam quanto a nomenclatura do mesmo. Valá usa a designação de Orçamento de Investimento de

Iniciativa Local (OIIL) enquanto Hanlon e Smart (2008) o chamam de Fundo de Iniciativa Local (FIL) para referir os “7 milhões de meticais” alocados aos distritos.

Em 2007 e 2008, os distritos mais vastos e pobres tiveram um aumento da quantia. Inicialmente o dinheiro foi aprovado com muita pouca discussão dentro do governo, e não havia instruções de como devia ser usado. Devido a ausência de políticas claras sobre a distribuição do dinheiro, o montante começou por ser usado de modo convencional (Hanlon e Smart, 2008:187).

Hanlon e Smart (2008:187), acrescenta que, no final de 2006 houve uma nova ênfase em desenvolvimento económico. Foi anunciado que o dinheiro *não devia* ser usado para nada do que fosse coberto pelo orçamento normal do distrito. Isto excluía postos de saúde, poços e pontes, que tinha uma grande parte de gasto em 2006. Finalmente em Abril de 2007, o Presidente Guebuza anunciou que o dinheiro só podia ser usado para projectos “de geração de rendas, emprego e produção de alimentos” e “deviam ser concedidos à Associações, Microempresas e Singulares que tenham potencial para emergirem como empresários locais desde que as propostas de projectos sejam viáveis, sustentáveis e recomendados pelos Conselhos Locais”. Entretanto, com recursos do orçamento do Estado directamente alocados aos distritos para investimento produtivo, deve ter tido um efeito

na disponibilização de recursos financeiros a nível local. Castel-Branco (2010:47) refere que, apesar dos dados serem contraditórios e ambíguos, mas existe indicação de que cerca de seis bilhões de meticais (aproximadamente 200 milhões de dólares), ou seja, aproximadamente 1.8% do orçamento do Estado e 0.5% do PIB, foram disponibilizados nos últimos 5 anos para os 128 distritos rurais de Moçambique. Como proporção do PIB e do orçamento do Estado, os montantes são irrisórios, e nada indica que com tais montantes o Fundo de Iniciativa Local possa ter um impacto estruturante fundamental nas economias locais. Em termos nominais, os montantes são, também, pequenos. Por exemplo, o montante disponibilizado em 5 anos para 128 distritos do país é equivalente a 8% do investimento feito na Mozal ou 30% do investimento feito na exploração de areias pesadas de Moma. Durante a implantação do programa piloto de descentralização na província de Nampula na primeira metade da década 2000, o Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento de Infra-estruturas (*United Nations Capital Development Fund*) alocado anualmente para os 21 distritos desta província 15% mais do que os 128 distritos de Moçambique receberam do Fundo de Iniciativa Local em 2009.

### **Fundo distrital de desenvolvimento**

De acordo com o Manual de Procedimentos (2011:4), o **FDD** é uma instituição pública dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e funciona em cada distrito do país junto ao Governo Distrital. O FDD destina-se a apoiar prioritariamente pessoas pobres economicamente activas sem possibilidade de acesso ao crédito no sistema financeiro formal.

### **Objectivos do FDD**

O FDD tem o objectivo de financiar:

- Acção que visam estimular o empreendedorismo a nível local, beneficiando pessoas pobres, mas economicamente activas e que não têm acesso ao crédito bancário;
- Actividades de produção e comercialização de alimentos, criação de postos de trabalho permanentes ou sazonais, assegurando a geração de rendimento e,
- Outras acções que visem melhorar as condições de vida, relacionadas com as actividades económicas e produtivas das comunidades.

### **O impacto de fundo de iniciativa local (FDD) para o desenvolvimento socioeconómico do distrito de Matutuíne, 2004 – 2014**

Neste capítulo vamos procurar trazer uma breve contextualização sobre o distrito de Matutuíne e posteriormente analisar o impacto da política de FDD para o desenvolvimento socioeconómico do distrito de Matutuíne, em partícula e de Moçambique em geral.

#### **Localização Geográfica do Distrito de Matutuíne**

O Distrito de Matutuíne localiza-se no extremo Sul da Província do Maputo e do País, entre os paralelos 26° e 27° de latitude Sul e entre 32° e 33° de longitude Este.

O distrito delimita-se da seguinte forma:

- A Norte é limitado pela Baía e pela Cidade de Maputo;
- A Sul é confinado pela República da África do Sul, através da Província de Kuazulo-Natal;
- A Este é banhado pelo Oceano Índico e,
- A Oeste limita-se pelos distritos de Namaacha e Boane e é confinado com o Reino da Suazilândia.

O Distrito possui uma superfície de 5.338 km<sup>2</sup> com uma população de 40.701 habitante, segundo dados de Projecção da população (2007 a 2040) para 2014, sendo 51.17% de mulheres. A

densidade populacional é de 7.6 habitantes por km<sup>2</sup>. (Fonte: INE, 2007)

#### **População ou Demografia**

Segundo o INE (2009), dados de projecções da População (2007 a 2040), a população do Distrito de Matutuíne em 2014 é de 40.701 habitantes, o que significa um aumento de 7.28% em relação à população de 2007 que foi de 37.939 habitantes, distribuídos da seguinte forma.

#### **Habitantes**

Afirma Junod (1994: 57), a população do distrito de Matutuíne pertence maioritariamente ao grupo etnolinguístico Ronga, componente do grande grupo populacional Tsonga. Loforte (2000: 72) acrescenta que, os verdadeiros Ronga a Sul da Baía do Maputo são os dos Clãs Tembe e de dois subclãs que se tornaram independentes: Matutuíne e Maputo. Todavia, para além dos Rongas, encontramos ainda outras etnias, nomeadamente: Nguni (ligados quer à família Zulo da região do Natal, quer a famílias Suazi) Tsuas de Inhambane (localmente chamados de "Vatsua"), e os Changanas da Província de Gaza e norte de Maputo. Desta forma, os contactos com os países vizinhos (África do Sul e Suazilândia) são muito frequentes. Realizam-se casamentos mistos e alguns grupos populacionais possuem família de ambos os lados da fronteira. A Agricultura de subsistência, continua a ser a principal actividade económica do distrito,

ocupando cerca de 80% da população. (Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento do Distrito de Matutuíne 2013).

### **O impacto do fundo de desenvolvimento distrital no desenvolvimento socioeconómico do distrito de Matutuíne, 2004 – 2014**

A política de “7 milhões de meticais” como já foi referido acima, ela entra em vigor a partir de 2007. Essa política tem a sua expressão nos Conselhos Consultivos Locais. Porque são eles que aprovam os projectos submetidos pela comunidade para o desenvolvimento da sua povoação, Localidade, Posto Administrativo ou Distrito no geral. Inicialmente, esse fundo beneficiava todos moçambicanos, desde que fossem maiores de 18 anos de idade. Porém, a falta de uma política clara que pudesse orientar a comunidade fez com que esse fundo fosse visto como bónus do governo para a comunidade rural. Isso, contribui para o fraco reembolso desse fundo para os cofres do Estado. A partir de 2011, com a introdução do Manual de Procedimento, ele passa a ser direccionado somente a população carenciada sem emprego formal. Isso vai contribuir e certa forma no incremento no reembolso do Fundo a partir de 2010.

Olhando para o gráfico, podemos concluir que houve maior grau de Reembolso nos beneficiários financiados em 2010 e pior grau para os beneficiários financiados em 2008.

O elevado grau do reembolso dos mutuários de 2010 pode ser por influência do tipo de actividade, pois a maior parte desenvolve actividade de geração de rendimento (comércio). Os projectos de comércio na sua maioria apresentam maior grau de reembolsos comparativamente com projectos de outros sectores de actividade o que consubstancia Castel-Branco et al (2010:174), no seguinte postulado: os “7 milhões de meticais” alocados para os distritos, para pequenos investimentos produtivos, mostra que os novos pequenos empresários não podem reembolsar os seus empréstimos, em grande parte porque não têm sido capazes de vender os seus produtos. Mas também é por falta de uma visão financeira, visto que a maior parte dos beneficiários do fundo são analfabetos ou nunca tiveram acesso ao ensino Técnico profissional ou Superior o que dificulta a implementação e posterior sucesso dos projectos. O Governo de Matutuíne já investiu cerca de 35.289.086.66 meticais e reavio cerca de 4.653.636.31 meticais, correspondente a 13.1% do total investido entre 2007 – 2014.

**Tabela 1:** Reembolso Global de 2007 a 2015/ Posto Administrativo

<b>SUMÁRIO DO NÍVEL DE REEMBOLSO DO FINANCIAMENTO, 2007 A 2015</b>						
<b>POSTO ADM.</b>	<b>V.DESEMB.</b>	<b>TOTAL DA DÍVIDA</b>	<b>REMB. ACUMU.</b>	<b>REEMB. ACTUAL</b>	<b>ESTRUTURA%</b>	<b>%REEB. ACUM.</b>
BELA-VISTA	38.413.327,19	40.991.631,18	7.404.755,60	1.200.353,30	55,10	20,07
CATEMBE-NSIME	5.141.528,54	5.962.778,15	948.439,41	229.945,00	7,06	20,79
CATUANE	6.796.011,01	7.354.319,78	752.417,80	381.616,00	5,60	11,84
MACHANGULO	7.638.751,76	8.021.991,60	2.461.731,69	381.616,00	18,32	35,06
ZITUNDO	8.857.716,45	9.070.311,72	1.871.906,60	713.333,00	13,93	23,47
<b>TOTAL</b>	<b>66.847.334,95</b>	<b>71.401.032,43</b>	<b>13.439.251,10</b>	<b>2.681.232,30</b>	<b>100,00</b>	<b>21,40</b>

**Fonte:** Governo do Distrito de Matutuine, Relatório 2015

A tabela 1 mostra-nos os reembolsos feitos no período referentes a 2007 e Dezembro de 2015.

Foram financiados 798 projectos no valor global de 66.847.334,95Mt, tendo sido reembolsados de 2007 até final do mês de Dezembro de 2015 um total de 13,439,251.10Mt correspondentes a 21,40%. No processo de reembolso destaca-se o Posto Administrativo de Machangulo com 2.461.731,69Mt, equivalente a 35,06% de reembolso; seguido do Posto Administrativo de Zitundo com 23.47%, Catembe Nsime com 20.79%; Bela-Vista com 20.07% e Catuane com 11.84%; o fraco reembolso do valor esta ligado á alguns factores conjunturais, ligado a génese da própria política dos do FIL (FDD) ou “7 milhões de meticais” aliado a fins políticos, o que acaba por limitar o poder de decisão do Conselho Consultivo Local. Aliado a esse factor encontramos a falta de vontade de alguns

mutuários em devolver o valor desembolsado pelo Governo.

### **Conclusão**

O Governo de Matutuine investiu, de 2007 a 2011, 35.289.086.66 meticais e teve um reembolso de 4.653.636.36 meticais, correspondente a 13.1% do capital investido.

Em termos de postos de emprego, o Governo aprovou e desembolsou valores para 318 projectos correspondentes a 1870 postos de trabalho. Deste total, somente 20 projectos encontram-se operacionais nos dias de hoje, o equivalente a 75 postos de trabalho.

Podemos concluir que as Políticas Publica (PARPAII, PARP, FIL, FDD) adoptada pelo Governo de Moçambique tem contribuído de uma forma muito “insignificante” no crescimento económico do país criando um fosso entre o rico e pobre.

A política de FIL (FDD) não contribuiu para o desenvolvimento socioeconómico do Distrito de Matutuíne, 2004 – 2014, mas sim para o crescimento económico do Distrito. Visto que há um pequeno grupo de indivíduos que viram as suas vidas a melhorar mas não é o número desejado pelo governo do Distrito porque poderia ser mais abrangente. A maior parte dos que viram as suas vidas melhorarem, tiveram acesso ao fundo por 2 ou mesmo 3 vezes. A alocação de fundos para área agrícola (produção de comida) tem falhado frequentemente, pós os visados investem na Agricultura tradicionais, sem sistema de irrigação. Deste modo, não concordamos com a hipótese acima levantada.

### **Recomendações**

Não obstante a tentativa do Governo de Moçambique em querer descentralizar a gestão dos recursos, ainda são muito os obstáculos e desafios para uma plena descentralização eficiente e eficaz, nomeadamente:

- Excesso de burocracia para a alocação de fundos no âmbito do Programa de Planificação e Finanças Descentralizadas (PPFD) e do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OIIL).
- É vital o cometimento das instituições de nível provincial e Distrital, e que exista a percepção de que esta actividade deve ser planificada e orçamentada nos

circuitos normais das instituições do Estado.

- Mostra-se pertinente melhorar os mecanismos de articulação com as ONG's e outras instituições de promoção do desenvolvimento ao nível do Distrito (associações, projectos, sector privado, instituições educacionais, etc).
- A capacitação dos quadros técnicos para o apoio as IPCC's continua sendo uma necessidade para a viabilidade da planificação distrital participativa e integrada. Os melhores técnicos devem ser orientados para esta actividade e deve-se reforçar as equipas técnicas distritais.
- Os actores-chave de desenvolvimento local devem entender os CCL's como um órgão fundamental da planificação distrital, mas que deve estar devidamente articulado com outras variáveis como o processo de formulação, implementação e monitoria do Plano Estratégico de Desenvolvimento Distrital (PEDD) e do uso do OIIL. Assim sendo, todos os actores de desenvolvimento que queiram intervir no Distrito podem fazê-lo.

Olhando para a implementação da política dos “7 milhões de meticais” no Distrito de Matutuíne, 2006 – 2011 podemos concluir o seguinte:

- Há falta de transparência na aprovação dos Projectos;
- Há indícios de corrupção na alocação dos fundos;
- Há falta de técnicos qualificados e meios para se fazer a monitoria dos projectos aprovados o que contribui para o desvio das áreas de aplicação do valor alocado aos camponeses;
- Há falta de clareza no que tange os beneficiários do fundo apesar de que o Manual é explícito nessa área mas na prática os gestores do fundo pouco o seguem, o que nos faz suspeitar de existência de agendas paralelas na gestão do fundo o que propicia a práticas de corrupção e falta de clareza.
- Aferiu-se a proibição de colecta ou reembolso dos valores atribuídos nos anos 2007, 2008 e 209 por temerem a “implicações políticas”;
- Há falta de informação nas pessoas quanto aos procedimentos desse fundo, no que diz respeito ao grupo alvo. No campo aferimos que no caso de Zitundo alguns funcionários formais tiveram acesso ao fundo, entre outros.

## Referências

- ABRAHAMSSON, Hans e NILSSON, Anders. Moçambique em transição. Um estudo de história do desenvolvimento durante o período 1974-1992. CEGRAF: Maputo. 1994.365p
- AWARTON, Nicholas e SITOE, Eduardo. Perspectivas Africanas sobre a nova gestão pública – implicação para a formação de recursos humanos. CIEDIMA: Maputo. 274P
- Balanço Anual do Plano Economico e Social 2015. 2016. 61P
- BECHER, Paula. et AIMÉ, Jean. O que é democracia. Lisboa: Fundação Friedrich Elbert: Madagascar e Universidade de Trier. 2011. 33p.
- CARMO, Hermano. Desenvolvimento Comunitário. 2ª Edição. Universidade Aberta: Lisboa. 2007. 305P.
- CASTELO-BRANCO, Carlos Nuno. Economia Extractiva e desafios de Industrialização em Moçambique. Cadernos IESE Nº 1. Norprint: Maputo. 2010. 96P
- CONSELHO DE MINISTROS. PLANO DE ACÇÃO PARA A REDUÇÃO DA POBREZA ABSOLUTA 2006-2009 (PARPA II). Maputo. 2006
- DE BRITO, Luís et al. Protecção social – Abordagens, desafios e experiencias para Moçambique. IESE: Maputo. 2010. 289P.
- DE BRITO, Luís et al. Desafios para Moçambique 2010. IESE: Maputo. 2010. 289P.
- DE BRITO, Luís et al. Desafios para Moçambique 2011. IESE: Maputo. 2011. 474P.
- DE BRITO, Luís et al. Desafios para Moçambique 2012. IESE: Maputo. 2012. 436P.



- Diploma Ministerial nº 67/2009, de 17 de Abril.
- FRANCISCO, António. Desenvolvimento Comunitário em Moçambique: Contribuição para a sua compreensão crítica. 2ª Edição. CIEDIMA: Maputo. 2010. 273P
- FURTADO, Celso. Teoria Política do desenvolvimento económico. 2ª Edição. Publicações Dom Quixote: Lisboa. 1970. 435P
- G20. Relatório Anual de Pobreza 2005. MINERVA CENTRAL: Maputo. 2005. 45P.
- HANLON, Joseph e SMART, Teresa. Há mais Bicicletas – mas há desenvolvimento. CIEDIMA: Maputo. 2008. 480P.
- HODGES, Tony et TIBANA, Roberto. A Economia Política do Orçamento em Moçambique. Maputo: Principia. 2005. 208P.
- JUNOD, Henri A. Uso e costumes Bantos (Tomo I). Arquivo Histórico de Moçambique: Maputo. 1994.
- JUNOD, Henri A. Uso e costumes Bantos (Tomo II: Vida Mental). Arquivo Histórico de Moçambique: Maputo. 1996.
- KNIAJÍNSKAIA, L. O aumento da população e o problema da pobreza alimentar nos países em vias de desenvolvimento. Progresso: Moscovo. 1984. 226P
- LOFORTE, Ana Maria. Género e poder entre os Tsongas de Moçambique. PROMEDIA: Maputo. 2000. 277P
- MAUSSE, Miguel Aurélio. Pobreza, Participação e Desenvolvimento Rural em Moçambique: Estudo de caso na localidade de chijinguine. CIEDIMA: Maputo. 2009. 105P
- MACAMO, Elísio. Um país cheio de soluções. Produções Lua: Maputo. 2006. 171P
- MASSIGARELA, Cláudio. et al. Pobreza e bem-estar em Moçambique: Segunda Avaliação Nacional (2002/2003). Perdue University: Pretória. 2004. 65P
- MINISTERIO DA FUNÇÃO PÚBLICA. Estratégia de Género na Função Pública 2009-2013. CEDIMO: Maputo. 2009. 42P.
- MINISTERIO DE PLANIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. Fundo Distrital de Desenvolvimento: Guião sobre a Organização e funcionamento dos Conselhos Locais. Maputo: Diname. 2009. 25P
- MINISTERIO DE PLANIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. Fundo Distrital de Desenvolvimento: Manual de Procedimentos. Maputo. 2011. 48P
- MOSCA, João. Economia de Moçambique, Século XX. Instituto Piaget: Lisboa. 2005. 538p
- PAULO, Margarida et al. Relatório "Xiculungo" Relações Sociais da Pobreza Urbana em Maputo, Moçambique nº13. Maputo: CMI. 2007. 103P
- PERROUX, François. Ensaio sobre a filosofia do novo desenvolvimento. UNESCO: Lisboa. 1981. 371P.
- PICASSO, Tomé J. L. "Da Organização da Unidade da União Africana (OUA) à União Africana (UA): Percursos lições e desafios". Central Imprensa e Editora: Maputo. 2006. 323P.
- PINHEIRO, António C Afonso e CARVALHO, Maria L da Silva. Economia e políticas agrícolas. SILABO: Lisboa. 2003. 326P
- PLANO DE ACÇÃO PARA A REDUÇÃO DA POBREZA ABSOLUTA 2006-2009 (PARPA II): Versão Final Aprovada pelo Conselho de Ministros. Maputo. 2006. 150 P.

PLANO ESTRATEGICO DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO DE MATUTUINE (2014-2018). Matutuíne, 2013

Plano Estratégico de Desenvolvimento do Distrito de Matutuíne. Matutuíne, 2013

PROMAPUTO. Programa de Desenvolvimento de Maputo. 2007-2016. Maputo. 2005. 67P.

PNUD. Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento. Relatório de Desenvolvimento Humano 2004. Lisboa. 2004. 285p.

PNUD. Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento.. Relatório de Desenvolvimento Humano 2005: Desenvolvimento Humano até 2015 alcançando os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Maputo: INE. 2006. 95P

REIS, Henrique e RODRIGUES, Jorge. Controlo de gestão de gestão: ao encontro da eficiência. Escolar: Lisboa. 2011. 142P

-ROCHA, Aurélio. Moçambique História e Cultura. Texto Editores: Maputo. 2006. 112P.

SANTOS, Boaventura de Sousa e TRINDADE, João Carlos. Conflito e transformação social: uma paisagem das justiças em Moçambique. Edição 884. Centro de Formação Jurídica e Judicial: Maputo. 2003. 619P.

SILVESTRE, Hugo Consciência e ARAUJO, Joaquim Filipe (cord). Administração Pública. Escolar: Lisboa. 2013. 414P.

SITOE, Eduardo J. Economia Política e Desenvolvimento: Revista Científica inter-Universitária. Volume 1. Número 3. Maputo: Académica, Ltda. 2010. 152P.

VALÁ, Salim Cipton. Desenvolvimento Rural em Moçambique: um desafio ao no nosso alcance. Escolar: Maputo. 2009. 358P.

## **Uso de Plantas Nativas para a Produção de Tintas no Ensino da Educação Visual em Escolas Com Falta De Material Convencional: Caso Das Escolas EP2 do Distrito de Magude**

**Marcos Muthewuye**

Universidade Pedagógica de Maputo

[mmuthewuye@gmail.com](mailto:mmuthewuye@gmail.com)

### **Resumo**

O principal objectivo do presente estudo foi identificar e propor métodos alternativos de produção de tintas e outros materiais a partir de plantas nativas como recurso alternativo para o ensino de Educação Visual em escolas com escassez de material, como as escolas do Distrito de Magude. O estudo envolveu professores na disciplina de Educação Visual de escolas primárias do primeiro e segundo grau do distrito de Magude no ano de 2017 para a necessidade de incentivar a criatividade desde a idade escolar inicial. A pesquisa é de natureza qualitativa com um complemento quantitativo cujas técnicas de colecta de dados foram questionários e entrevistas semiestruturadas com professores do ensino fundamental. Os resultados do estudo mostraram que dos professores envolvidos, nenhum professor ensinou a maior parte dos conteúdos programados no currículo devido à falta de recursos materiais, razão pela qual se propõe a utilização de recursos e técnicas alternativas para a produção de tintas para o ensino Visual Educação nas escolas primárias de Magude. Os métodos propostos para o uso de recursos locais como alternativa ao ensino de Educação Visual foram a produção de tintas por meio de moagem e ebulição. As principais limitações do estudo foram a falta de material bibliográfico específico sobre a actividade artística em escolas com escassez de material convencional.

**Palavras-chave:** Ensino, material alternativo, Educação Visual

### **Introdução**

Olhando para o nosso entorno, reconhecemos objectos e pessoas por causa da existência da cor proporcionada pela existência da luz, por isso é difícil imaginar um mundo sem cor. Isso permite a interacção e o relacionamento entre as pessoas e o mundo, pois "ao nos comunicarmos visualmente queremos informar, ilustrar, decorar, proteger, expressar uma ideia, um sentimento, entre outros" (Manjate, et al., 2009 p.51) .

Assim, as pessoas que se expressam através da linguagem visual "exercitam sua cidadania"

(Veloso et al., 2009). No caso das escolas de estudo localizadas no Distrito de Magude, a 150km da Capital Maputo, numa área de 6.960km, com uma população total de 54252 de acordo com o recenseamento de (2007) e uma densidade de 7,8hab/ km, existem muitos momentos de desfrutar deste recurso no Processo de Ensino e Aprendizagem (PEA).

A área de educação neste local é gerida pelo Serviço de Educação de Jovens e Tecnologia do Distrito (SDEJT-Magude), que responde a 67 escolas (65 públicas e 2 privadas) das quais 29

escolas são ensinadas do 1º ao 5º curso, 36 escolas são leccionou do 6º ao 7º ano e de uma Escola Secundária Geral (ESG), a privada é uma Escola Comunitária (CE) e outra, uma Escola Técnica Profissionalizante (EPT). Neste universo, o foco são as escolas primárias no distrito de Magude.

De acordo com o Ministério da Educação (2008 p.34), o Sistema Nacional de Educação (SNE) em Moçambique defende, nos seus objectivos, que os alunos do 6º e 7º ano do Ensino Básico adquiram conhecimentos, habilidades e valores que lhes permitam entrar em vigor em sua comunidade e sociedade em geral. A realidade dos Escolas Primárias Completas (EPCs) de Magude mostra um cenário preocupante, na medida em que o ensino da unidade de cor/ pintura é um desafio, apesar de a introdução da disciplina de Educação Visual (EV) no PND ter efeito 29 anos após a independência de Moçambique em 1975, desde 2004, limitando os alunos na aprendizagem e desenvolvimento da criatividade que proporciona. Dado este cenário, surge a seguinte questão: *Como garantir o ensino da unidade temática de cor/ pintura na disciplina de Educação Visual nas escolas primárias com escassez de material convencional?*

### Objectivos

- Identificar plantas e outros recursos locais como fonte de produção de material alternativo para o ensino de Educação Visual;

- Caracterizar o processo de ensino da unidade temática de cor / pintura no EP2 no distrito de Magude.
- Propor o uso de técnicas tradicionais de construção e decoração para o ensino da disciplina de Educação Visual nas escolas EP2 do distrito de Magude.

### Revisão da Literatura

Segundo, o ensino de arte pode ser visto sob o ponto de vista educacional que os estudantes usam para ultrapassar as suas dificuldades na explicação daquilo que consideram arte. Sendo com frequência saem a tona interrogantes sobre a função da arte na educação. De tal facto, fala-se no papel da arte na educação porque supõe-se a existência de um valor que vem de certa mitologia da arte, afirmada de muitas maneiras: pela ideia, instalada há bastante tempo entre as reflexões sobre educação, de que a arte é componente essencial da formação humana e que isto deve ser garantido desde cedo; porque existe uma instituição, uma escola, que garante a legitimidade da arte (Favareto 2010).

A arte não é um instrumento de comunicação e nisto está a sua resistência. Para Deleuze, esta resistência da criação deve-se ao facto de que ela é sempre estranha, pois não existe obra de arte que não faça apelo a um povo que ainda não existe, que não faz em função de um povo por vir e que ainda não tem linguagem. Eis aí o valor disruptivo

da arte na educação, em que o aprendizado surge pelo espírito de investigação, pela interpretação dos signos da experiência (Favareto 2010 citado por MATSIMBE, 2014).

Assim sendo, a arte poderia ser ensinada e a criatividade transformada em habilidade através de projectos e programas. Este mito da criatividade, com ênfase na invenção, é, portanto, problemático e vem sendo desconstruído. Evidentemente, não se trata de dizer que está sendo 22 substituído por outro; o que está aí é o mesmo paradigma moderno, embora destituído da crença moderna na potencialidade e na eficácia transformadora da criatividade, da invenção, do novo e da ruptura. Terceiro, o estudo do ensino de arte também pode se enquadrar numa abordagem da Antropologia Visual onde cada indivíduo tende a reduzir as formas visuais a símbolos visuais gerais devido à complexidade do mundo visual e à impossibilidade de uma observação pormenorizada de toda a envolvência, facto que vai afectar a percepção das particularidades (MATSIMBE, 2014).

A percepção tende a ser selectiva, havendo interferência do conhecimento prévio das coisas que afectam a consciência das qualidades visuais dessas mesmas coisas (Eisner 2005 citado por MATSIMBE, 2014).

Assim, o conhecimento da cultura de hoje é muito importante, uma vez que dá significado ao momento, contextualizando as obras. A arte

contemporânea é plural e relacional, características que têm dificultado a relação com o ensino das artes (MATSIMBE, 2014).

A inclusão da arte contemporânea no ensino artístico implica tanto uma re-significação de métodos como a adopção de uma nova postura do professor. Há que mudar rotinas, mudar o modelo de leituras de imagens através de uma apreciação estética para um modelo de compreensão crítica, para além de revisão de programas curriculares (Dos Santos, 2011)

### **Metodologia**

Em termos metodológicos, a pesquisa é parte de uma pesquisa qualitativa na qual é importante "investigar os fenómenos em toda a sua complexidade" (BOGDAN e BIKLEN, 1994, p.16) com um suporte quantitativo e apresentação de dados percentuais de elementos sob estudo. Assim, o objectivo principal da pesquisa é conhecer como os professores de EV das escolas primárias de Magude ensinam a unidade temática de cor / pintura e como lidam com a disciplina para que saibamos como agir.

Considerando que "técnicas de pesquisa são procedimentos ou caminhos seguidos para que a pesquisa seja um questionamento sistemático ou um diálogo permanente com a realidade sem surpresas (SINGO, sp, 2018)", os métodos utilizados são: bibliográfico, experimental e descritivo. As técnicas de colecta de dados são

entrevistas semiestruturadas e questionários para 20 professores do EP2, com perguntas abertas e fechadas para colectar informações de professores que ensinam a disciplina de EV no EP2.

### **Parte experimental do trabalho**

A parte experimental foi baseada primeiramente na identificação de recursos locais (plantas e flores) para a produção subsequente de tintas para o trabalho escolar na disciplina EV em Magude.

### **Fases do trabalho experimental**

O trabalho experimental consistiu em duas fases:

Fase 1: Recolhendo Recursos Naturais Malucos (plantas nativas)

Etapa 2: Produção de tintas por ebulição e moagem

### **Recolha de recursos naturais locais (plantas nativas).**

Depois da identificação das plantas com propriedades coloridas seguiu-se a remoção de flores, folhas e outros materiais que são daqui em diante mostrados como materiais alternativos para a produção de tintas.

**Figura 1:** Flores e folhas de plantas locais.



### **Produção de tintas por ebulição e moagem**

Depois que as folhas e flores foram seleccionadas, a moagem foi seguida para obter pigmentos ou massa e depois misturar com água obtendo assim as tintas, como mostrado abaixo.

**Figura 2:** Pigmentos dos órgãos das plantas



### **Misturas de cores obtidas de materiais alternativos**

Abaixo temos a demonstração de mistura de cores é originada pela combinação de cores primárias (azul, amarelo e vermelho) de dois em dois de material alternativo para, que são as cores entre elas e formam outra mistura que resultará em outras cores.



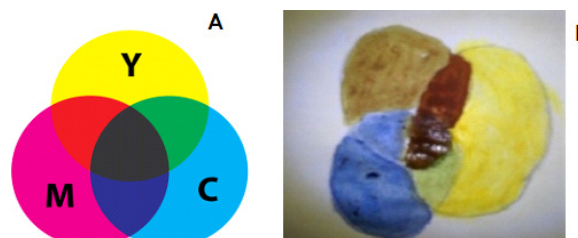
**Figura 2:** Mistura de cores obtida a partir da mistura natural de cor/ pigmento



É importante enfatizar e ensinar que na colecta de materiais para a aquisição de tintas usando plantas nativas como material alternativo, devemos ter cuidado para não destruir os jardins e plantas ao nosso redor, porque as folhas das árvores nos ajudam a absorver dióxido de carbono e liberar o oxigénio que respiramos.

A mistura de tintas cujos pigmentos são de cor magenta, amarela e azul ciano resultarão teoricamente em preto, mas quando se trata de cores obtidas com material alternativo elas são opacas, ou seja, com menos brilho.

**Figura 3:** Material Convencional (A) e Material alternativo (B)



### Resultados e discussão

A apresentação do conjunto de resultados obtidos enfocou a unidade temática de cor / pintura nas escolas do distrito. Neste guia de pesquisa, procedeu-se a uma análise das variáveis estudadas e sua relação entre elas. Professores de EPC de cinco postos administrativos no distrito de Magude estavam envolvidos como mostrado na tabela abaixo.

**Tabela 1:** Nome das escolas e professores por cargo administrativo

Orden	Posto administrativo	Escola	Professores
01	Magude sede	EPC de Magude sede/ Graça Machel	10
02	Mahel	EPC de Mahel	04
03	Motaze	EPC de Motaze	04
04	Mapulanguene	EPC de Mapulanguene	01
05	Panjane	EPC de Panjane	01
<b>Total</b>			20



### **Carreira profissional dos professores que leccionam educação visual**

De acordo com os dados colectados, dos vinte (20) professores em questão, afirma-se que 3 professores são DN1, 1 professores DN2, 13 professores são DN3 e 3 professores são DN4. Em relação ao género, os professores que ministram a disciplina de Educação Visual são treze homens e sete mulheres como o gráfico ilustra, todos os professores de formação psicopedagógica. No entanto, apenas três (3) professores com formação específica.

### **Área de treinamento e experiência dos professor**

Quanto à área de formação, três (3) professores estão em Desenho, dois (2) na Educação Básica, três (3) em Matemática e Tecnologia, dois (2) em Matemática, dois (2) em Física, seis) Regular e dois (2) em inglês. Esse cenário revela que a maioria dos professores que atuam na disciplina de Educação Visual não possui especialização na área, motivo pelo qual acabam não encontrando solução no ensino da disciplina.

De acordo com Mucaca et al. (2019), a formação académica do professor pode ser o garante para o sucesso na prática docente, ademais, uma boa componente prática nos cursos de formação de professores é sem dúvida a Prática Pedagógica contudo, todos sabemos dos constrangimentos em

submeter os nosso alunos a tal actividade, devido à dificuldades de implementação.

No que diz respeito aos anos de experiência por professor durante o ensino de Educação Visual, encontramos: um (1) ano de experiência quatro (4) Professores, três (3) anos de experiência dois (2) Professores, quatro (4) anos (2) ) Professores, cinco (5) anos de experiência três (3) Professores, seis (6) anos de experiência dois (2) Professores, sete (7) anos de experiência cinco (5) Professores, Dez) anos de experiência (1) Professor e Doze (12) anos de experiência (1) Professor.

Nesse contexto, a experiência dos professores é mais uma valia para o garante de um ensino reflexivo e consequente aprendizagem significativa, visto que, a ciência deve ser ensinada para formar aprendizes mais flexíveis, eficientes e autónomos, com capacidade de aprendizagem, e não só de memorização de saberes específicos (MUCACA e MANHICE, 2019).

Nesse contexto, o aluno pode ainda ampliar sua reflexão sobre os fenómenos que acontecem à sua volta, consequência das discussões durante as quais os alunos, além de exporem suas ideias e dúvidas, aprendem a respeitar as opiniões de seus colegas, e chegam a suas próprias conclusões, tornando-se agentes do seu aprendizado (MUCACA e MANHICE, 2019).

### **Dificuldades que os professores enfrentam**

Número de Professores que enfrentam dificuldades e aqueles que não enfrentam dificuldades no Ensino da Unidade Temática Cor / pintura: Treze (13) Professores enfrentam dificuldades no ensino da unidade cor / pintura, Sete (7) Professores não enfrentam dificuldades no ensino da Unidade Temática cor / pintura.

Portanto, mesmo ainda no ambiente escolar do ensino é necessário criar condições e metodologias para que os alunos tenham melhor aprendizagem, Essa abordagem está em concordância com BAZZO (2000), não existe um método ideal para ensinar os nossos alunos a enfrentar a complexidade dos assuntos trabalhados, mas sim, haverá alguns métodos potencialmente mais favoráveis que outros (In LIMA e VASCONCELOS, 2006). Entretanto, ficam aqui algumas contribuições de como se pode potenciar a formação de professores por meio de actividades práticas, sustentando a tese em reflexão.

### **Material utilizado na unidade temática de cor e pintura**

No que diz respeito à unidade de tema de cor e pintura (lápis de cor e tinta), temos: Sete (7) Professores que não usam. Três (13) professores usam este material e outro. Apesar de 13 professores afirmarem que eles usam além do

material convencional para a unidade de cor / pintura usando as folhas e flores de certas plantas, não houve evidência desse aspecto. No entanto, os 7 restantes foram consistentes com suas alegações de que eles não usam, porque em relação à obtenção do material declarado que eles não recebem qualquer outro material.

Entretanto, o relatório sobre educação para todos em Moçambique (2001), instiga o resgate das culturas nacionais e locais na construção de políticas educacionais e curriculares. O núcleo de pesquisadores da Escola de Birmingham, entendia que o saber escolar tem fundamentos na cultura local e que o que a escola faz é reconstruir e sistematizar essa cultura. Esse núcleo se caracterizou profundamente pela defesa da diversidade cultural e étnica. Assim, “O interesse pelos aspectos culturais e étnicos é o ponto de partida para os pensadores conceberem a escola como espaço de intercâmbio cultural” (BASÍLIO, 2006).

### **Conclusão**

O estudo concluiu que o conteúdo da unidade temática de cor e pintura não é ensinado devido à falta de material convencional nas Escolas Primárias de Magude, por um lado, e falta de criatividade, por outro. A falta de experiência na área por professores que lidam com educação visual e a falta de formação psicopedagógica são

outros factores que contribuem para a falta de ensino efectivo de EV.

Neste contexto, a utilização de material alternativo seria uma solução capaz de garantir o ensino da unidade temática de cor e pintura utilizando material local, ou seja, folhas e flores de plantas existentes nos locais onde as escolas estão localizadas. Para obter cores com outras tonalidades pode-se utilizar o carvão ou a área, pois foram encontradas cores difíceis de obter através das plantas.

### Recomendações

Aos professores com dificuldades de aprendizagem desta unidade temática de cor / pintura procurem apoio na busca de recursos para o seu planeamento.

Além disso, procurem encontrar material alternativo para o ensino na ausência de material convencional (cores e tintas) de materiais capazes de oferecer tintas para auxiliar no ensino.

### Referência Bibliográfica

ABRANTES, Paulo . O Programa de uma Epistemologia Evolutiva. Revista de Filosofia, Curitiba, V. 16, 2004.

AMARAL, Maria Elisabete; CABRITA, Isabel. Matemática e Educação Visual – Uma Parceria

Favorável à Apropriação das Isometrias. Universidade de Aveiro. Atas CIAIQ, Volume, 2016.

DOS SANTOS, Ana Maria Coutinho Barros de Figueiredo. Arte Contemporânea em contexto do ensino do Desenho. Dissertação para a obtenção do grau de Mestrado em Criação Artística Contemporânea. Universidade de Aveiro, Departamento de Comunicação e Artes, 2011.

MANJATE, Anésia. Reflexões e Ideias. Maputo: Museu Nacional de Arte, 2007.

MATSIMBE, António Aurélio A arte contemporânea na educação visual: um estudo no Instituto Superior de Artes e Cultura, Monografia, Licenciatura em Antropologia – Universidade Eduardo Mondlane, 2014

MINED. Plano Curricular do Ensino Básico: Objectivos, Políticas, Estrutura, Planos de Estudo e Estratégias de Implementação. Moçambique, 2003.

VELOSO, Helena e DE ALMEIDA, Luís. Educação Visual – 8 a classe. Maputo: Plural Editores. 2009.

BASILIO, G. Currículo Local: estratégias epistemológicas e didáctico-metodológicas da sua implementação. In: Educação e Fronteiras On-Line, Dourados/MS, v.2, n.5, UFG – Brasil, 2014.

MUCACA, Cornélio A. L., MANHICE, Olívia. Teachers' perception about practices of school experiences and their relation to the pedagogical performance of the students - Case of 8<sup>th</sup> grade biology students in the municipalities of Matola and Maputo City. African Academic Research Forum – SACED, 2019.